BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS

Relatório & Contas 2011

Cabo Verde



1. Principais Indicadores 4
A. Síntese dos Indicadores Financeiros 4
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores 6
2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 8
3. Principais Referências 9
A. Órgãos Sociais 9
B. Direcção e Rede Comercial 11
C. Accionistas 11
D. Marcos de Actividade 12
4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro 13
5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro 15
A. Contexto Internacional 15
B. Contexto Cabo-verdiano 17
6. Síntese da Actividade Bancária 20
7. Banca Electrónica 25
8. Gestão de Riscos Financeiros 27
A. Risco de Crédito 27
B. Risco Operacional 28
C. Risco de Capital 28
D. Risco de Mercado 29
E. Risco de Taxa de Juro 29
F. Risco Cambial 30
G. Risco Liquidez 30
9. Recursos Humanos 31
10. Análise Financeira 34
A. Elementos do Balanço 34
B. Elementos da Demonstração de Resultados 39
C. Indicadores 43
11. Aprovação do Conselho de Administração 46
12. Demonstrações Financeiras 47
A. Balanço 47
B. Demonstração de Resultados 48
C. Demonstração de Rendimento Integral 49
D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio 50

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa 51
13. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados 52
14. Notas às Demonstrações Financeiras 53
15. Parecer do Auditor Externo 95
16. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 97

1. Principais Indicadores

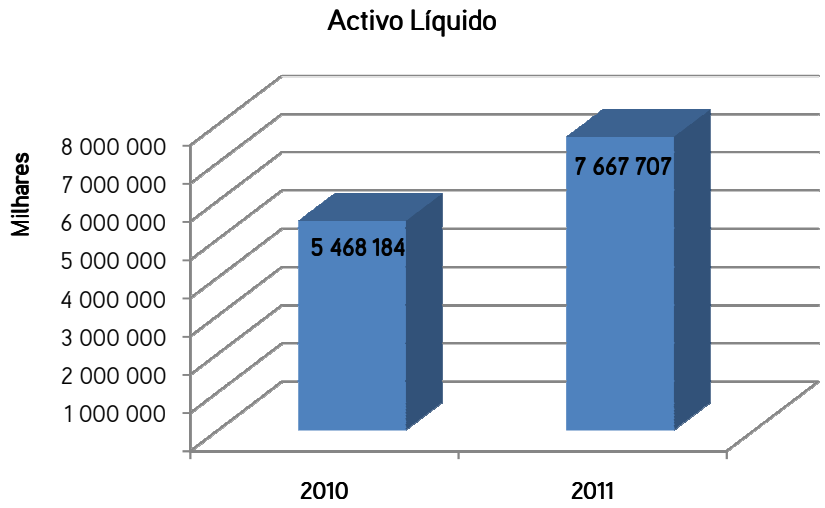
A. Síntese dos Indicadores Financeiros

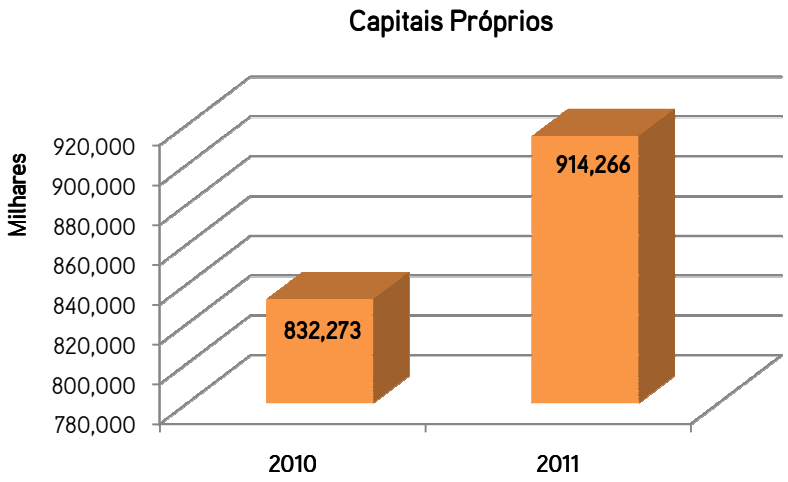
Expresso ECV

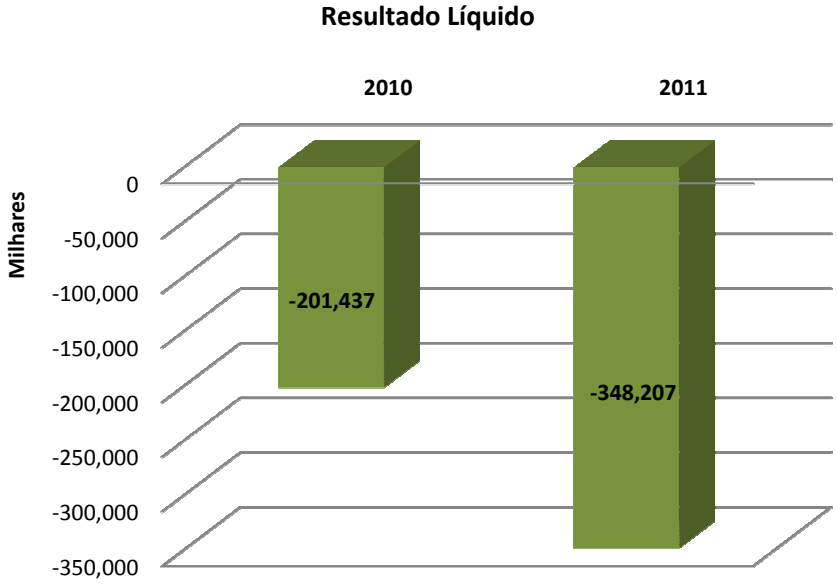
	2011	2010	Variação	
			Abs.	%
Balanço Patrimonial e Extra-patrimonial				
Activo Líquido	7 667 707 269	5 468 183 572	2,199,523,697	40.2%
Créditos s/clientes(líquidos)	3 325 051 218	2 492 503 096	832,548,122	33.4%
Crédito vincendo	3 101 770 386	2 385 870 314	715,900,072	30.0%
Crédito e juros vencidos	309 646 856	158 632 782	151,014,073	95.2%
Imparidade	(86,366,024)	(52,000,000)	-34,366,024	66.1%
Garantias e avales prestados	138 742 533	182 038 776	-43,296,243	-23.8%
Créditos documentários abertos	47 799 878	25 228 632	22,571,246	89.5%
Créditos total	3 511 593 628	2 699 770 504	811,823,125	30.1%
Depósitos	2 010 945 616	1 354 595 139	656,350,477	48.5%
Recursos de OIF	3 629 150 096	2 178 056 703	1,451,093,393	66.6%
Passivos Subordinados	999,706,779	999,271,440	435,339	0.0%
Capitais próprios	914 265 542	832 272 534	81,993,008	9.9%
Actividade				
Margem financeira	182,986,622	160,492,125	22,494,497	14.0%
Margem complementar	5,998,273	28,219,487	-22,221,214	-78.7%
Produto Bancário líquido	188,984,895	188,711,612	273,283	0.1%
Custos de Estrutura	463,900,674	445,231,190	18,669,484	4.2%
Cash Flow	-185,771,237	-179,743,095	-6,028,142	3.4%
Resultado antes de impostos (RAI)	-309,281,803	-284,983,027	-24,298,776	8.5%
Imposto Diferido Activo (IDA)	-38,925,189	83,546,407	-122,471,596	-146.6%
Resultados Líquidos do Exercício	-348,206,992	-201,436,620	-146,770,372	72.9%
Acções				
Nº de acções	2,000,000	1,522,000	478,000	31.4%
Funcionamento				
Número de empregados	64	66	-2	-3.0%
Número Balcões	5	5	0	0.0%
Número de clientes	5,523	3,228	2,295	71.1%
Produtividade/Eficiência				
Cost to income ratio	245.5%	235.9%	9.5%	4.0%
Número de clientes por empregado	86	49	37	76.4%
Activo Líquido / Número de empregados	119,807,926	82,851,266	36,956,660	44.6%
Custos de Estrutura / Activo Líquido	6.1%	8.1%	-2.1%	-25.7%
Rentabilidade				
Lucro líquido por acção (EPS)	-174.1	-132.3	-42	31.5%
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)	165.3%	184.0%	-18.7%	-10.1%
Taxa de Transformação 2 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))	50.1%	55.0%	-4.9%	-8.9%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	-39.9%	-21.8%	-18.1%	83.0%
Rendibilidade do activo médio (ROAA)	-5.3%	-4.6%	-0.7%	14.1%

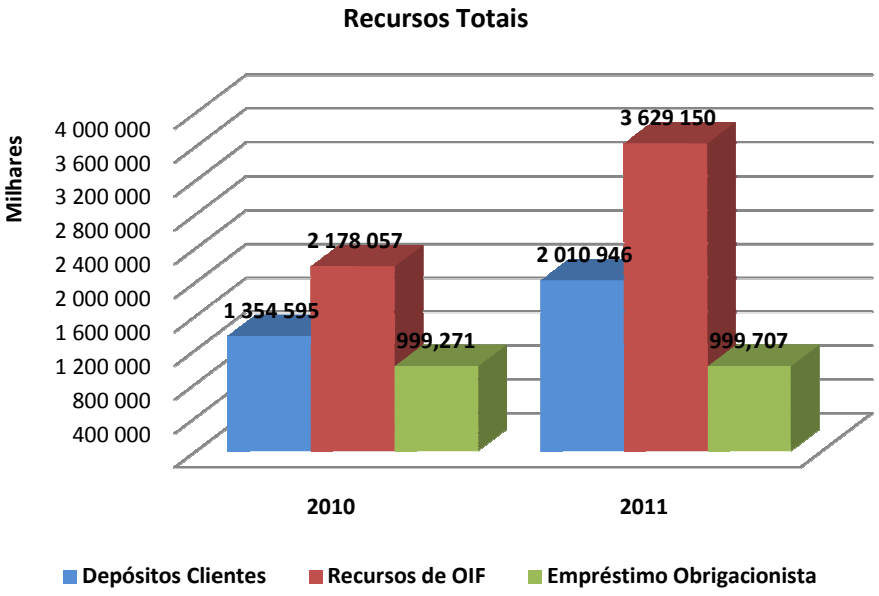
Gestão de Fundos				
Depósito Total / Activo	26.2%	24.8%	1.5%	5.9%
Total Crédito / Total Depósitos (Incluí Crédito por assinatura)	174.6%	199.3%	-24.7%	-12.4%
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos	44.2%	32.4%	11.8%	36.5%
Qualidade dos Activos				
Crédito vencido / Crédito Total	9.1%	6.2%	2.8%	45.6%
Crédito vencido / Activo Total	4.0%	2.9%	1.1%	39.2%
Imparidade / Total Crédito	2.5%	2.0%	0.5%	23.9%
Imparidade / Crédito Vencido	27.9%	32.8%	-4.9%	-14.9%
Total Crédito / Total Activo	43.4%	45.6%	-2.2%	-4.9%
Crédito Clientes/Depósito a Prazo	385.2%	521.1%	-135.9%	-26.1%
Crédito Curto Prazo/Depósito a Prazo	124.7%	250.2%	-125.5%	-50.2%
Crédito M/L Prazo/Depósito a Prazo	260.5%	236.1%	24.4%	10.3%
Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	32.4%	48.0%	-15.6%	-32.6%
Depósito a Ordem/Depósito Total	54.1%	63.7%	-9.6%	-15.1%
Depósito a Prazo/Depósito Total	45.9%	36.3%	9.6%	26.5%
Adequação do capital				
Imobilizações / Fundos próprios regulamentares	68.5%	48.2%	20.2%	41.9%
Rácio de solvabilidade Regulamentar	11.2%	24.3%	-13.1%	-54.0%
Solvabilidade Bruta (Cap. Próprios/Activo)	11.9%	15.2%	-3.3%	-21.7%
Endividamento (Passivo/Cap. Proprios)	738.7%	557.0%	181.7%	32.6%
Fundos próprios de base / Activo Ponderado pelo Risco	15.9%	18.8%	-2.9%	-15.3%
Fundos próprios regulamentares / Activo ponderado pelo risco	11.2%	24.3%	-13.1%	-54.0%
Total Passivo / Fundos próprios regulamentares	1050.2%	432.8%	617.4%	142.6%
Fundos próprios de base / Total Activo	11.9%	15.1%	-3.2%	-21.2%
(Crédito Vencido - Provisões) / Fundos próprios regulamentares	34.7%	10.0%	24.8%	248.8%
Prudenciais				
Fundos Próprios Regulamentares	643,077,090	1,071,097,815	-428,020,726	-40.0%
Solvabilidade (BCV)**	11.2%	24.3%	-13.1%	-54.0%
Cobertura Imobilizado	134.3%	208.5%	-74.2%	-35.6%
Titulos Divida Pública	6.3%	6.8%	-0.5%	-7.4%

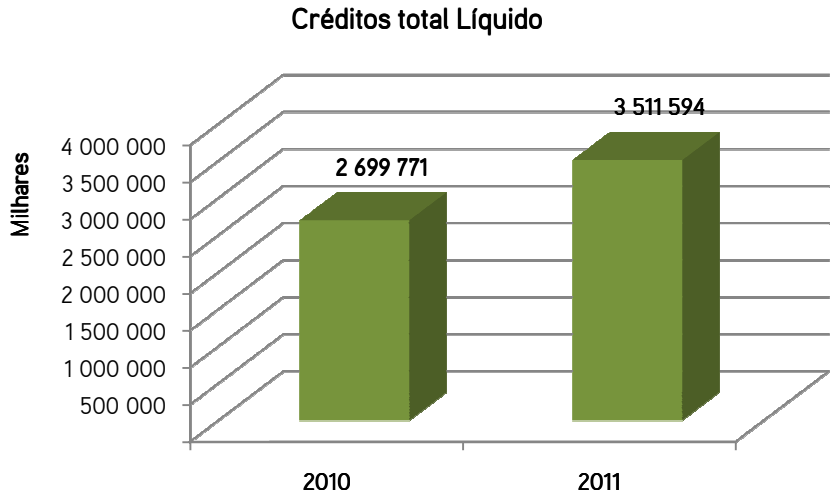
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores








Recursos Totais
Milhares
4 000 000
3 600 000
3 200 000
2 800 000
2 400 000
2 000 000
1 600 000
1 200 000
800 000
400 000
1 354 595
2 178 057
999,271
2 010 946
3 629 150
999,707
2010
2011
Depósitos Clientes
Recursos de OIF
Empréstimo Obrigacionista


Créditos total Líquido
Milhares
4 000 000
3 500 000
3 000 000
2 500 000
2 000 000
1 500 000
1 000 000
500 000
2 699 771
3 511 594
2010
2011

2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O BAICV completou no final de 2011 três anos desde a sua constituição em Novembro de 2008. A entrada em Cabo Verde respondeu a um imperativo do BAI Angola SA estender a sua presença em África, desta vez à praça financeira de Cabo Verde, regulamentada através de normas contabilísticas e prudenciais seguindo as normas internacionais embora num mercado de escala reduzida e retorno lento.

A assembleia-geral estatutária de finais de Maio de 2011, marcou o final do mandato do conselho de administração empossado desde a constituição do banco em finais de 2008, tendo entrado em funções um novo conselho de administração e a sua respectiva comissão executiva.

A 31 de Dezembro de 2011 o BAICV atingiu um balanço patrimonial medido pelo seu activo líquido da ordem de 7.667,7 milhões de ECV, registando um acréscimo de 40,2% em relação ao período homólogo de 2010. As carteiras de depósitos de clientes e de crédito líquido a clientes cresceram no período 48,5% e 33,4%, respectivamente, atingindo os valores de 2.010,9 milhões de ECV e 3.325,1 milhões de ECV, respectivamente. Os recursos alheios atingiram no período em análise o patamar de 3.629 milhões de ECV, cifrando-se o seu crescimento na ordem de 66,6%.

Em termos de indicadores de desempenho temos a registar o rácio de eficiência de 245,5%, ligeiramente acima da marca anterior de 235,9%, por força do peso da componente custos; o rácio de transformação situou-se em 165,3%, melhorando a marca anterior de 184%. Segundo os indicadores de qualidade dos activos do banco, foram registados rácios de incumprimento do crédito de 9,1% contra 6,2% em 2010 e de imparidade do crédito de 2,5%, contra 2,0% em 2010. Por último, a solvabilidade ficou em 11,2%, acima do mínimo regulamentar de 10%.

A evolução dos indicadores do BAICV em 2011 acabou por ser afectada pelo ambiente de sub-desempenho dos indicadores económicos e macroeconómicos do país que se reflectiram na contenção da liquidez da economia, na redução dos depósitos e no agravamento do serviço da dívida dos empréstimos nos balanços dos bancos.

Apesar dessa conjuntura, e embora o BAICV tenha mantido constante a sua rede de 5 balcões, dos quais 3 na cidade da Praia, 1 no Mindelo, e 1 no Sal-Espargos, registou um crescimento do número de clientes atingindo o patamar de 5.523 em 2011 acima de 3.228 em 2010, e do número de contas as quais atingiram 5.733 contas em 2011 contra 3.780 contas em 2010.

Esta trajectória de crescimento da actividade comercial alicerçada pela correcção dos desequilíbrios financeiros por via da contenção e racionalização dos gastos de funcionamento, nomeadamente das principais rubricas de fornecimentos e serviços de terceiros, começou a ser sentida ao longo dos 3º e 4º trimestres de 2011.

O ano de 2012 foi iniciado num ambiente de forte estímulo ao desenvolvimento do negócio bancário, de reforço dos processos operacionais e boas práticas, cujos objectivos e metas estão alinhados com o plano estratégico e o orçamento 2012-2014.

Por último, queremos agradecer a colaboração das entidades de supervisão, do colectivo de colaboradores, dos clientes e accionistas e expressar o forte compromisso da administração do BAICV de contribuir para o engrandecimento de Cabo Verde.

3. Principais Referências

A. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Silvino Manuel da Luz

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Alexandre Augusto Borges Morgado

Secretário

Conselho de Administração

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Presidente do Conselho de Administração

Adalberto Leite Pereira Sena *(até Maio de 2011)*

Administrador

David Ricardo Teixeira Palege Jasse[1] *(até Maio de 2011)*

Administrador

Serafina Marisa Borges de Azevedo Araújo *(até Maio de 2011)*

Administradora

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves *(a partir de Junho de 2011)*

Administrador

Jorge Manuel da Silva e Almeida *(a partir de Junho de 2011)*

Administrador

Carla Monteiro do Rosário *(a partir de Janeiro de 2011)*

Administradora

Comissão Executiva

David Ricardo Teixeira Palege Jasse *(até Maio de 2011)*

Presidente

Serafina Marisa Borges de Azevedo Araújo *(até Maio de 2011)*

Administradora Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves *(a partir de Junho de 2011)*

Presidente

Jorge Manuel da Silva e Almeida *(a partir de Junho de 2011)*

Administrador Executivo

Carla Monteiro do Rosário *(a partir de Janeiro de 2011)*

Administradora Executiva

[1] Administrador não Executivo a partir de Junho de 2011

Conselho Fiscal

Luis Manuel Neves

Fiscal Único (até Maio de 2011)

Vogal (a partir de Junho de 2011)

António Avelino Ramos Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal (a partir de Junho de 2011)

Margarida de Carvalho (a partir de Junho de 2011)

Vogal

Amadeu de Oliveira (a partir de Junho de 2011)

Vogal Suplente

Elsa Maria Gaspar Fernandes (a partir de Junho de 2011)

Vogal Suplente

Auditor externo

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

B. Direcção e Rede Comercial

Direcção Financeira e Contabilidade – DFC	José Oliveira Director
Direcção de Organização e Sistemas de Informação – DOS	David Almada Director
Direcção de Operações – DOP	Manuel Cardoso Director
Direcção Comercial – DCM	Margarida Mascarenhas Directora
Direcção Administrativa – DAD	Ricardo Maximiano Director
Gabinete de Auditoria Interna – GAI	-
Gabinete de Marketing e Comunicação – GMC	Margarida Mascarenhas Directora
Gabinete Planeamento, Controlo e Risco – GPR	Olga Barbosa Directora
Gabinete Jurídico – GJU	-
REDE COMERCIAL	
Agência da Praia (Sede)	Bernardino Fernandes Gerente
Agência do Plateau – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Hulda Amado Gerente
Agência da Achada Santo António – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Amilton Fernandes Gerente
Agência do Espargos – Ilha do Sal	Eneida Teixeira Gerente
Agência do Mindelo – Ilha de S. Vicente	Izanete Luz Gerente

C. Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2011, o BAI Cabo Verde, S.A. tinha a seguinte distribuição do seu Capital Social:

Accionista	Parte no capital	Participação	Nº Acções
BAI SA	71.0%	1,420,000,000	1,420,000
SNLCV	19.0%	380,000,000	380,000
SOGEI SA *(1)*	9.9%	198,000,000	198,000
Carla Spencer Lima *(2)*	0.1%	2,000,000	2,000
TOTAL	**100.0%**	**2,000,000,000**	**2,000,000**

(1) e (2) Com 47,8 milhões de escudos por realizar

D. Marcos de Actividade

01/02/2011

✓ Novo Site institucional

01/02/2011

✓ Lançamento do Serviço Mobile Banking

11/02/2011

✓ Lançamento do produto Conta BAI Ordenado

12/03/2011

✓ 1º Encontro de Quadros do BAICV

27/05/2011

✓ Participação na 1ª edição de Feira de automóveis ExpoAuto, em Santiago.

03/06/2011

✓ Lançamento oficial do BAI Directo

27/07/2011

✓ Lançamento da campanha institucional no aeroporto.

26/08/2011

✓ Lançamento da campanha institucional

18/09/2011

✓ Lançamento do Serviço de Débito Direto BAI

07/10/2011

✓ Participação na 3ª edição da Feira de Habitação e Construção, no Mindelo.

27/10/2011

✓ Atribuição do Premio SAPO 2011 para a melhor campanha institucional.

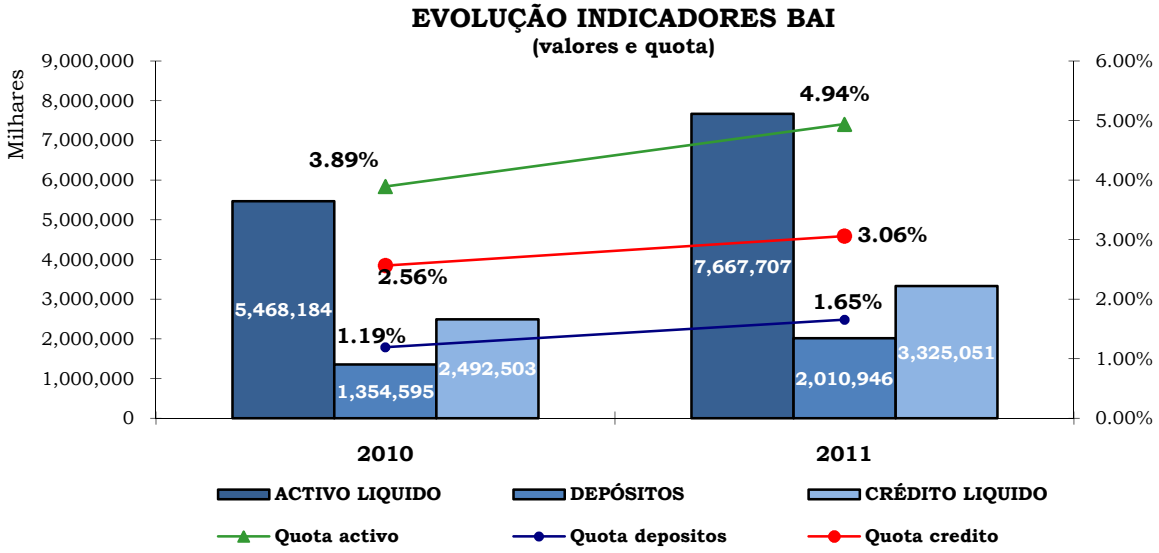
16/11/2011

✓ Participação na 15ª edição da Feira de Internacional de Cabo Verde, no Mindelo.

4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Em 2011, o BAICV registou um crescimento significativo da sua actividade, colocando à disposição dos clientes um conjunto de soluções e opções de pagamento eficientes.

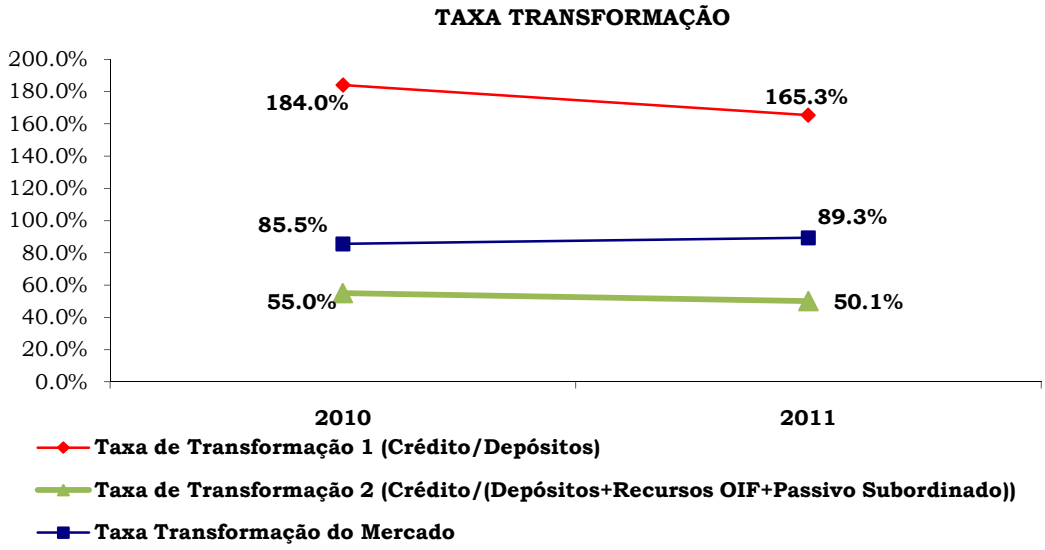
Comparada ao ano de 2010, em 2011 o Crédito Total e os Depósitos representam 3,06% e 1,65% do total do Sistema Financeiro (dados provisórios de Dez2011[2]) contra 2,56% e 1,19% em 2010, respectivamente.



Em 2011, verificou-se uma evolução considerável na carteira de crédito paralelamente a um ligeiro aumento nos depósitos de clientes, que acrescido dos Recursos de Outras Instituições Financeiras e do Empréstimo Obrigacionista, o BAICV apresenta uma taxa de transformação de 50,1% (contra 55,0% em 2010), enquanto a do mercado (de acordo com dados provisórios de Dez 2011) foi de 89,3%.

Considerando somente os Depósitos de Clientes, a taxa de transformação em 2011 seria de 165,3%, contra os 184% de 2010.

[2] Fonte: Banco de Cabo Verde – Agregados Bancários


TAXA TRANSFORMAÇÃO
200.0%
180.0%
160.0%
140.0%
120.0%
100.0%
80.0%
60.0%
40.0%
20.0%
0.0%
184.0%
165.3%
85.5%
89.3%
55.0%
50.1%
2010
2011
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)
Taxa de Transformação 2 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))
Taxa Transformação do Mercado

5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

A economia mundial apresentou uma fraca performance no ano de 2011, fruto da acentuada contracção da economia dos países da zona Euro, associada à ténue recuperação da actividade económica do Japão como também dos E.U.A.

A crise da dívida soberana da Zona Euro, associado às políticas de austeridade adoptadas por vários países mundiais, despoletou uma deterioração do enquadramento macroeconómico que se alastrou globalmente. Neste contexto, as autoridades monetárias como o Banco Central Europeu (B.C.E), adoptaram medidas de apoio ao crescimento económico, reduzindo assim a sua taxa de referência para 1% no mês de Dezembro de 2011. Nos E.U.A, o Federal Reserve, manteve inalterada a sua taxa no intervalo 0%-0,25%, como forma de combater o fraco desempenho da actividade económica Norte-americana.

A. Contexto Internacional

O ritmo de crescimento da economia global permaneceu moderado até meados do mês de Maio, verificando-se uma ligeira melhoria no indicador do desempenho global "JP Morgan All Industry Output Index", que cresceu 0,8%, após dois meses sucessivos de decréscimos. Esta melhoria foi determinada essencialmente pela expansão do sector dos serviços, compensando deste modo a tendência decrescente do sector industrial.

Os indicadores apontaram um abrandamento da actividade económica nos E.U.A, na Zona Euro, Reino Unido e na Índia, enquanto a actividade económica no Japão permaneceu em contracção, embora a taxa de declínio tenha estabilizado nos meses de Março e Abril.

Os meses de Julho e Setembro foram extremamente decepcionantes devido à evolução negativa dos principais índices accionistas. Na Europa, os índices DAX, CAC40 e IBEX registaram quedas trimestrais de 25,4%, 25,1% e 17,5%, respectivamente. Nos EUA, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 caíram 12,1%, 12,9% e 14,3%, respectivamente. Na China e no Brasil, os índices Bovespa e Shanghai Composite assinalaram quedas de 16,2% e 14,6%.

Os inquéritos à performance do sector industrial e de serviço[3] indicaram uma ligeira melhoria no ritmo de crescimento da actividade económica global em Novembro, não obstante os resultados alarmantes do mês de Outubro. Esses indicadores apontaram que o sector industrial permaneceu com grandes fragilidades, enquanto o sector da produção de bens permaneceu praticamente estagnado desde o mês de Julho.

O desempenho do "JPMorgan All Industry Index" até ao mês de Novembro sugere que o crescimento das economias avançadas situou-se em torno de 1% no último trimestre do ano, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento registaram taxas de crescimento inferiores a 6%, correspondendo ao ritmo de crescimento mais fraco desde meados de 2003.

[3] Compilação do JPMorgan All Industry Index

O enfraquecimento da actividade económica nos **E.U.A** nos meses de Março a Abril resultou da desaceleração do ritmo de crescimento da produção industrial, que de acordo com os dados do Federal Reserve, a produção industrial diminuiu em termos homólogos 0,3 pontos percentuais em Abril e 1,3 pontos percentuais em Maio. De acordo com a instituição, o desempenho menos favorável do sector industrial derivou de problemas ligados aos canais de produção, designadamente, problemas de abastecimento de matérias-primas para as indústrias automóveis, elevados custos de produção e condições meteorológicas severas.

A economia dos E.U.A apresentou ainda uma taxa de desemprego preocupante, superior a 9%, associado a uma elevada incerteza em torno da situação orçamental, o que levou a uma desclassificação do rating soberano por parte da Standar&Poor´s, de AAA para AA+.

O terceiro trimestre de 2011 ficou marcado ainda por um agravamento da crise da dívida da **Zona Euro**, especificamente com o aumento dos receios de incumprimento por parte da Grécia. O contágio subsequente às economias como Espanha e a Itália, ligada a uma maior dificuldade de acesso das instituições financeiras europeias ao mercado monetário interbancário e às emissões de dívida de médio e longo prazo, agravaram exponencialmente os receios de uma acentuada crise mundial.

As estatísticas[4] apontam que em Novembro a Zona Euro entrou em recessão, fazendo com que o produto diminuísse 0,5% no 4º trimestre, com a contracção da Itália, Espanha e França respectivamente de 1%, 0,6% e 0,5%, em consequência da transmissão à economia real da severa crise financeira.

Relativamente às **economias emergentes e em desenvolvimento**, especificamente a economia Chinesa, o indicador "All Sector Index" do mês de Novembro caiu drasticamente, devido à diminuição da produção industrial e à fraca expansão do sector dos serviços. Porém, economias como o Brasil, Rússia ou até a Índia, apresentaram alguns sinais de recuperação face ao desempenho menos favorável do 3º trimestre.

Este enfraquecimento da economia dos mercados emergentes traduz não só a diminuição da procura por parte dos países desenvolvidos, como também os sinais de contágio da crise financeira na Zona Euro, além do impacto das medidas restritivas visando a redução das pressões inflacionistas.

De acordo com o **índice de preços** "Monthly Food Price Índex", as pressões inflacionistas nos mercados das matérias-primas decresceram em termos mensais em Maio. O índice reduziu cerca de 2,4%, depois de ter registado uma queda perto dos 6% em Abril. Este facto está intimamente ligado à redução do preço de açúcar em torno dos 35% e de cereais em cerca de 3,6%, compensando os aumentos registados nos preços da carne de mais de 2,2% e dos produtos lácteos de mais 2,4%.

Em Novembro, os preços dos produtos alimentares decresceram 0,4% em termos mensais, em consequência da queda do preço do açúcar, lacticínios e cereais, de acordo com a Food and Agricultural Organization (F.A.O).

[4] "JPMorgan All Industry Index"

No que diz respeito ao preço do barril de brent, reduziu 6,5% em termos médios mensais em Maio, reflectindo as expectativas do mercado relativamente à recuperação da economia global. No entanto, aumentou cerca de 3,3% em Novembro atingindo os 109,8 USD, devido às tensões no Médio Oriente, provocando uma evolução recente do preço de petróleo.

As tensões financeiras na Zona Euro ocorridas ao longo do mês de Novembro afectaram fortemente os **mercados cambiais**. O comportamento do euro foi marcadamente negativo, culminando na sua depreciação efectiva nominal em torno dos 3% entre finais de Outubro e 12 de Dezembro, depreciando-se cerca de 5,4% face ao dólar americano, 5,6% face ao iene japonês e 2,9% à libra esterlina.

B. Contexto Cabo-verdiano

Em Cabo Verde, os **indicadores da procura** do Banco de Cabo Verde (B.C.V) referentes ao mês de Maio, apontaram para uma tendência de abrandamento da procura interna, devido à desaceleração das importações de bens de consumo não duradouros de 29, 7% para 25,9%, assim como a redução das importações de bens de consumo duradouros na ordem dos 40%.

A evolução dos indicadores de investimento no mês de Maio manteve a dinâmica apresentada pelas importações para o consumo interno, exibindo um abrandamento no ritmo de crescimento da formação bruta de capital fixo.

Relativamente ao mês de Novembro, os indicadores do B.C.V apontaram novamente para um enfraquecimento da procura interna, desacelerando em cerca de 2,2 pontos percentuais. O enfraquecimento das importações de bens de consumo não duradouros de 5,1% para 4,4% bem como a redução das importações de bens de consumo duradouros na ordem dos 1,9% contribuíram significativamente para a redução da procura interna no mesmo mês.

Quanto aos indicadores de investimento registados no mês de Novembro, ajustados da sazonalidade, sugerem um aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (F.B.C.F.) no ano, devido ao forte crescimento das importações de materiais de transporte, não obstante a forte desaceleração das importações de bens de equipamentos de 101,3% para 36,2% e da contínua queda das importações de material de construção. Assim, em termos acumulados, o indicador de investimento aponta para um grande aumento da F.B.C.F. em 2011.

No que concerne ao **Índice de Preços no Consumidor** (I.P.C.) do mês de Maio, cresceu em termos médios anuais cerca de 3,5%. De igual forma, a inflação do mês de Novembro manteve essa dinâmica ascendente, apresentando um crescimento da taxa de variação média anual em 0,2 pontos percentuais, atingindo assim os 4,5%, não obstante os indícios de uma redução das pressões inflacionistas dada a variação homóloga e mensal do I.P.C.

As **contas externas** do mês de Maio apresentaram uma desaceleração do défice da balança de mercadorias em 14 pontos percentuais, fruto do enfraquecimento do ritmo do crescimento homólogo das importações,

passando de 21,6% para cerca de 8,9%, como também do forte crescimento das exportações em cerca de mais de 60%, particularmente as exportações do pescado nacional, assim como as exportações de calçado e vestuário. No entanto, essa tendência positiva rapidamente se inverteu, verificando-se um aumento do défice de mercadorias em cerca de 7% em Outubro e de 10,1% em Novembro, provocado pelo aumento das importações em 11,2% e abrandamento das exportações em cerca de 37 pontos percentuais.

Quanto aos fundos provenientes de **remessas de emigrantes**, cresceram 33,7% em termos homólogos em Maio e 27,4% em Abril, justificado pelo aumento de remessas provenientes da Europa, em especial, dos emigrantes em Portugal e na França. Em Junho, cresceram em termos homólogos cerca de 32,2%, aumentando novamente em termos homólogos no trimestre terminado em Novembro em cerca de 42%.

Situação Orçamental

De acordo com os dados do Banco de Cabo Verde a situação orçamental do país deteriorou-se no 2º trimestre do ano, apresentando um défice orçamental de 5,1% do PIB, em consequência dos aumentos em termos homólogos das despesas correntes e de investimento e do aumento menos que o previsto das receitas fiscais e dos donativos.

No mês de Junho, as informações provisórias do Ministério das Finanças apontaram que o saldo orçamental atingiu um deficit de 7.786 milhões de escudos, representando um agravamento relativamente ao período homólogo de 1 ponto percentual do PIB.

A situação orçamental manteve-se no mês de Outubro, havendo novamente uma deterioração das contas do Estado. O saldo orçamental registou um agravamento relativamente ao período homólogo de 0,2 pontos percentuais do PIB, atingindo um deficit de 10.514 milhões de escudos.

As receitas fiscais do estado aumentaram de 9,7% em termos homólogos no mês de Outubro, explicados essencialmente pelo aumento da arrecadação do imposto sobre os rendimentos (I.U.R.) em cerca de 10,7% e pelo aumento das receitas do imposto sobre o valor acrescentado (I.V.A.) em cerca de 6,7%. Relativamente à evolução das despesas, os gastos correntes cresceram 5,8%, em que os encargos com as despesas com pessoal aumentaram 4,5%, enquanto as despesas de investimento, financiadas em 59% por empréstimos externos e 9% pelo Tesouro caíram 1,5%.

Situação Monetária

A massa monetária cresceu em termos homólogos em Maio cerca de 3%, apresentando uma evolução inferior ao 1º trimestre em três pontos percentuais, enquanto em Junho cresceu 3,4%, representando cerca de 2,6 pontos percentuais abaixo da variação do primeiro trimestre. Relativamente ao mês de Novembro, aumentou 2,8% em termos homólogos, apresentando uma diferença de 1,2 pontos percentuais abaixo da variação registada em Outubro.

Baseando-se nos dados do Banco de Cabo Verde (BCV), conclui-se que no mês de Maio a posição externa líquida deteriorou-se, devido à redução das reservas internacionais líquidas do BCV. No que diz respeito ao mês de Novembro, os dados apontam novamente para uma degeneração da posição externa líquida, na medida em que houve novamente uma diminuição dos activos externos líquidos do país em cerca de 32%,

determinada pela contínua redução de reservas internacionais líquidas do BCV, especificamente pela deterioração da balança de pagamentos.

O crédito à economia cresceu 11,7% em termos homólogos em Junho, afirmando-se como o principal determinante do crescimento da oferta de moeda. No mês de Novembro, o crédito à economia aumentou cerca de 10,7% em termos homólogos e 10,6% em Outubro, sendo que boa parte dos empréstimos concedidos foram atribuídos aos sectores ligados ao comércio, restaurantes e hotéis, construção e obras públicas.

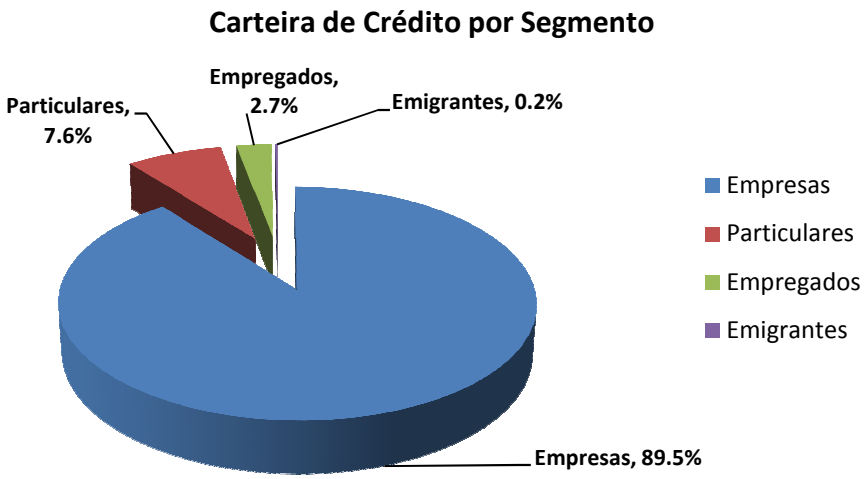
6. Síntese da Actividade Bancária

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito do Banco atingiu em 2011, o montante bruto de 3.411,4 Milhões de escudos contra os 2.544,5 Milhões de escudos de 2010, representando um crescimento em 866,9 Milhões de escudos, sendo que 3.101,8 milhões (91% da carteira total) representam a **carteira normal**, 309,6 milhões (9% da carteira total) a **carteira vencida** e 9,9 milhões de escudos os **juros de crédito**.

Para cobertura do crédito vencido, o Banco tem constituído em 31 de Dezembro de 2011 **Imparidade de crédito** no valor de 86,4 milhões de escudos (2,5% do total da carteira de crédito), o que garante uma cobertura da carteira vencida em 28%.

Numa análise por segmento, diríamos que o segmento Empresas lidera com 3.058,1 Milhões de escudos (90%) seguido dos Particulares com 254,2 Milhões de escudos (8%), 93,2 Milhões de escudos (3%) do segmento Funcionários e 5,7 Milhões de escudos (0,2%) relativo a emigrantes.



Na carteira de Empresas, o crédito de médio e longo prazo lidera com 1.630,4 milhões escudos (56%), seguido da Conta Corrente Caucionada com 1.034,7 milhões de escudos (35%).

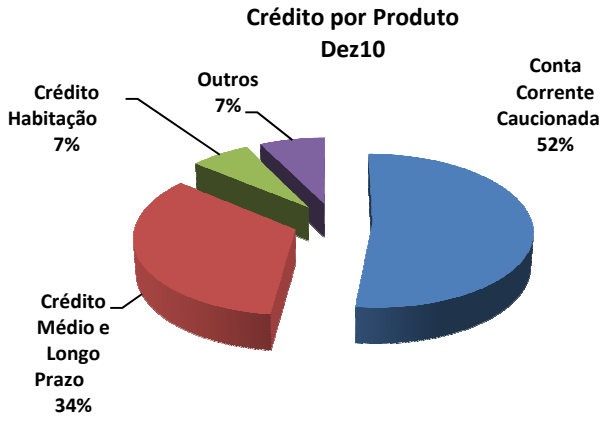
Na carteira de Particulares, o Crédito Habitação lidera com 124,7 milhões de escudos (49%), seguido do Crédito Pessoal e Crédito Automóvel com 53,4 milhões e 24,3 milhões, respectivamente.

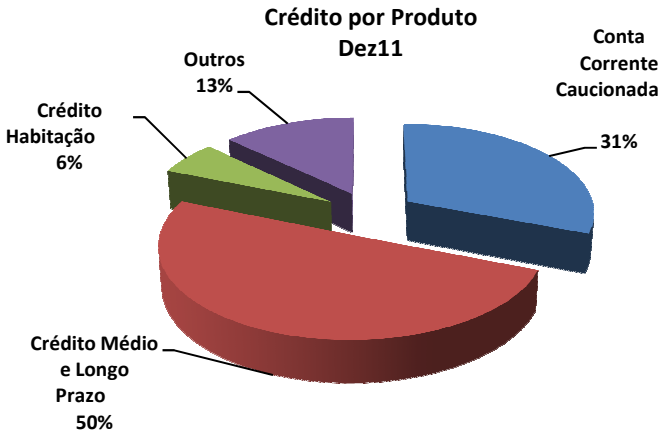
Na carteira de Colaboradores, o crédito de Habitação lidera com 67,4 milhões, seguido de Crédito Pessoal e Automóvel e com 17,1 milhões e 8,6 milhões, respectivamente.

Na carteira Emigrantes o Crédito Habitação representa 100% da carteira com 5,7 milhões de escudos.

Tipo Crédito	2010	Peso	2011	Peso	Var. Abs.	Var. %
Crédito automóvel	34,180,828	1%	63,872,705	2%	29,691,877	87%
Descobertos em DO e Juros Vencidos	57,984,845	2%	73,498,118	2%	15,513,273	27%
Conta Corrente Caucionada	1,321,107,292	52%	1,052,679,771	31%	- 268,427,521	-20%
Credito Construção	27,766,562	1%	175,376,123	5%	147,609,562	532%
Crédito Modernização e Expansão	45,170,291	2%	35,422,966	1%	- 9,747,325	-22%
Crédito Hipotecário	-	0%	19,780,881	1%	19,780,881	
Credito Turismo e a Restauração	1,090,963	0%	421,273	0%	- 669,690	-61%
Credito Médio e Longo Prazo	867,285,906	34%	1,715,643,521	50%	848,357,615	98%
Credito Habitação	170,481,392	7%	202,787,324	6%	32,305,931	19%
Credito Pessoal	19,435,017	1%	71,934,560	2%	52,499,544	270%
Total	**2,544,503,096**	**100%**	**3,411,417,242**	**100%**	**866,914,146**	**34%**

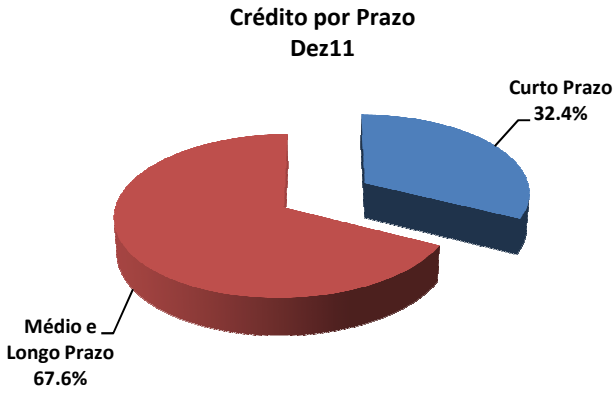
No global, os Créditos de Médio e Longo Prazo lideram com 50% e um saldo de 1.715,6 Milhões de escudos, seguido da Conta Corrente Caucionada com 31% e um saldo de 1.052,7 Milhões de escudos. Com pesos menos significativos temos o Crédito Habitação e Crédito Construção com 6% e 5%, 202,7 Milhões de escudos e 175,4 Milhões de escudos, respectivamente.



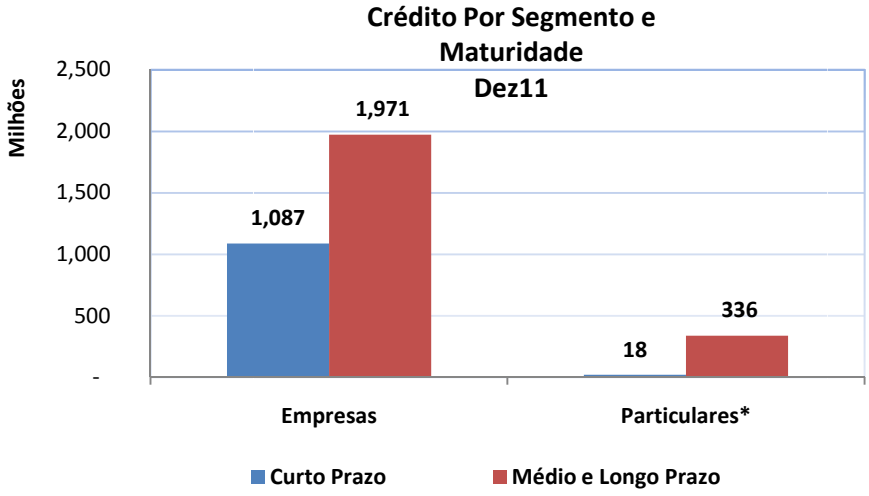


Em termos de **maturidade**[5], a carteira de crédito do BAICV em Dezembro de 2011 registou o maior peso nos créditos que se encontram nos prazos superiores a 1 ano, com 67,6%. Os prazos inferiores a 1 ano representam 32,4% da carteira.





Em termos de segmento por prazo, em 2011, o segmento Empresas e Particulares registaram o maior peso nos créditos de médio e longo prazo.



Este peso das empresas no Curto Prazo se deve as Contas Correntes Caucionadas, na sua maioria para resolver problemas de tesouraria das empresas.

[5] Prazo Residual

Em relação aos Particulares tal facto deve-se aos Créditos Habitação, daí o peso maior estar nos prazos superiores a 5 anos.

Crédito Concedido

O volume de **Crédito Concedido** mostrou um expressivo aumento em relação ao ano de 2010.

Assim, a quantidade de **novas operações realizadas pelo BAICV em 2011** totaliza 247 no montante de 2.026,8 milhões de escudos, sendo 81 operações de 1.864 milhões de escudos para o segmento Empresas, 139 operações de 132 milhões para o segmento Particulares e 27 operações de 30 milhões para os Funcionários.

					Var.	
Tipo Crédito	**2010**	**Peso**	**2011**	**Peso**	**Abs.**	**%**
Crédito automóvel	28,536,625	1%	45,542,000	2%	17,005,375	60%
Conta Corrente Caucionada	1,043,347,500	50%	649,981,250	32%	-393,366,250	-38%
Credito Construção	198,124,550	9%	87,485,000	4%	-110,639,550	-56%
Crédito Modernização e Expansão	45,000,000	2%		0%	-45,000,000	-100%
Crédito Hipotecário		0%	20,000,000	1%	20,000,000	100%
Credito Turismo e a Restauração	900,000	0%		0%	-900,000	-100%
Credito Médio e Longo Prazo	632,693,500	30%	1,103,360,163	54%	470,666,663	74%
Credito Habitação	131,747,943	6%	43,590,000	2%	-88,157,943	-67%
Credito Pessoal	19,886,913	1%	76,800,735	4%	56,913,822	286%
Total	**2,100,237,031**	**100%**	**2,026,759,148**	**100%**	**-73,477,883**	**-3%**

Em termos quantitativos o peso maior recaiu sobre o crédito salário + (38%), seguido do crédito negócio empresa (19%).

Em termos de valor o peso maior recaiu sobre o crédito médio e longo prazo (54%) seguido do crédito conta corrente caucionada (32%).

Recursos de Clientes

A constituição de Depósitos a Prazo foi o principal motor de crescimento do BAICV na captação de Recursos, uma vez que o mesmo cresceu em termos absolutos 397 Milhões de escudos (81%) face a 2010.

Semelhante ao ocorrido em 2010, cerca de 54% (1.042 milhões de escudos) é constituído por Depósitos a Ordem e 45,9% (885,7 milhões de escudos) por Depósitos a Prazo.

A Carteira Global de Recursos do BAICV atingiu assim em 2011 o montante de 1.927,9 Milhões de escudos, sendo 61% de depósitos de empresas, 34% de depósitos de particulares, 3% de emigrantes e 1% de Funcionários.

	2011			
Tipo	DOrdem	Dprazo	Total	Peso
Empresas	689,028,628	492,202,946	1,181,231,576	61.3%
Particulares	311,654,208	351,666,802	663,321,010	34.4%
Funcionários	6,891,207	4,396,645	11,287,852	0.6%
Emigrantes	32,662,362	33,423,293	66,085,654	3.4%
Outros[1]	2,037,583	3,965,040	6,002,623	0.3%
Total	**1,042,273,988**	**885,654,727**	**1,927,928,715**	**100.0%**
Peso	***54%***	***46%***		

[1] *Organizações sem fins lucrativos, Diplomatas, Contas conjuntas, Municipios, Menor e Offshore*

Em relação a moeda da carteira de recursos de clientes, em ambas as carteiras de depósitos a ordem e depósitos a prazo, predomina o CVE, seguido do USD e EUR, com 96%, 2,2% e 1,7% respectivamente.

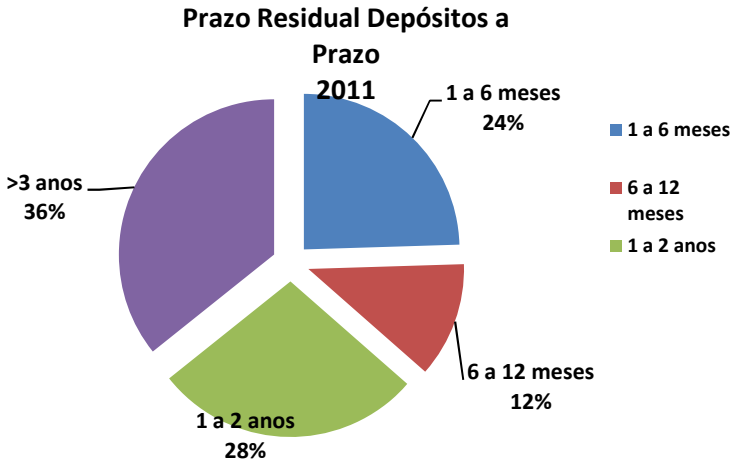
Na carteira em CVE, predomina o segmento empresas com 64% do saldo total, seguido dos particulares com 33%. Na carteira em EUR predomina os emigrantes com 64% do saldo total em EUR, seguido dos particulares com 21%. Na carteira em USD predomina os particulares com 96% do saldo total em USD.

De salientar que em ambas as carteiras de EUR e USD, o maior peso são os Depósitos a Ordem com 99% e 84% respectivamente do total de depósitos nessas moedas.

Total Recursos Clientes	Saldo Total Recursos Clientes			
	CVE	EUR	USD	Contravalor CVE
Particulares	615,672,461	63,155	475,567	663,321,010
Empresas	1,177,288,407	31,832	5,063	1,181,231,576
Emigrantes	44,583,812	191,381	4,667	66,085,654
Colaboradores	9,829,137	13,100	166	11,287,852
Outros *	5,029,231	-	11,378	6,002,623
Total Recursos Clientes	**1,852,403,049**	**299,468**	**496,842**	**1,927,928,715**
Contravalor em CVE	**1,852,403,049**	**33,020,841**	**42,504,825**	

*Bancos Comerciais, Soc. Públicas, Org. sem fins lucrativos, etc.

Em termos de prazo residual dos depósitos a prazo, salienta-se que 36% (316,3 milhões de escudos) são Depósitos a Prazo superiores a 3 anos, seguido de Depósitos a Prazo de 1 a 2 anos com 28% (246,3 milhões de escudos), Depósitos a Prazo de 1 a 6 meses com 25% (217,0 Milhões de escudos), e Depósitos a Prazo de 6 a 12 meses 12% (106,0 Milhões de escudos).



7. Banca Electrónica

Durante o ano de 2011 o banco continuou a alargar o serviço de cartões de débito – Vinti4. O banco Disponibilizou também durante este ano o serviço de Internet Banking e Mobile Banking.

Os indicadores da Banca Electrónica continuam sendo atractivos pela natureza específica, pese embora os custos elevados associados à manutenção deste serviço.

a) Rede Vinti4

A rede Vinti4 por ser uma rede partilhada de Caixas Automáticas – ATM's e Terminais de Pagamentos Automáticos – POS, e cujo potencial de desenvolvimento mostra-se a cada dia ser mais intenso, tem abrangido um número cada vez maior de serviços.

Ao disponibilizar estes serviços no mercado, o banco ganhou a oportunidade de captação de fundos e mais clientes, podendo assim oferecer uma grande variedade de funcionalidade aos mesmos, desde levantamentos de numerário, transferências bancárias, pagamento de serviços, pagamento de facturas, consulta de saldos e de movimentos, recarga de telemóveis, consulta de NIB/IBAN entre outras.

Durante o ano de 2011 emitiu mais de 1.500 cartões, tendo no final do período, como direito de utilização cerca de 3.051 cartões que representam 2% do total de direitos de utilização da rede.

Qtd: Unidades

Descritivo	Dez 2010	Jan-Dez2011	Acumulado
	Qtd	Qtd	Qtd
Cartões	**1,702**	**1,530**	**3,232**
Activos	1,441	1,290	2,731
Inactivos	261	240	501
Cartões - Activos	**1,441**	**1,290**	**2,731**
Com actividade	1,045	975	2,020
Sem actividade	396	315	711
Terminais	**81**	**57**	**138**
ATM	9	1	10
POS	72	56	128

O Banco encerrou o ano de 2011 com um total de 138 Terminais, dos quais 128 correspondem os terminais de pagamento automáticos (POSs) e 10 correspondem os ATMs. Registando-se desta feita uma redução considerável em comparação com o período anterior.

Transacções Rede Vinti4 – Cartões de Débito

Qtd: Unidades Valor: Escudos

Descritivo	Jan-Dez/2011	
	Qtd	Valor
Nossos ATM's	264,465	774,582,508
Outros ATM's	75,193	217,598,039
POS's	258,208	1,030,597,858
Total Global	**597,866**	**2,022,778,405**

Observamos que há uma maior procura pelos utilizadores nos ATMs em comparação a procura nos POSs. A nível dos POS importa salientar, que tendo já 128 terminais disponíveis no mercado, houve a captação/retenção de fundos na ordem dos 38% do total transaccionado, cerca de 767 milhões de escudos. Em comparação com a transferência de fundos via este terminal que rondou os cerca de 7% mais de 263 milhões de escudos do total.

Outro indicador importante diz respeito as operações dos cartões em outros ATMs que atingiu a cifra de 217 milhões de escudos do valor total.

Para além das operações realizadas com os cartões Vinti4, durante o ano de 2011 o banco realizou operações com os cartões de crédito da rede VISA e MasterCard nos terminais – ATM. Observamos um total de 6.998 operações das quais 89% representaram operações com movimentação de fundos, o equivalente a 73 milhões de escudos.

Transacções Rede Vinti4 – Cartões de Crédito
VISA/MasterCard

Qtd: Unidades Valor: Escudos

Descritivo	Jan-Dez/2011 Qtd	Jan-Dez/2011 Valor
Nossos ATM's	6,259	65,651,000
POS's	739	7,824,188
Total Global	**6,998**	**73,475,188**

b) Internet Banking

Sem dúvidas um importante acontecimento para o BAI CV em 2011 foi o lançamento do **BAI Net**, o internet banking do Banco, um novo canal de comunicação com os clientes, em que apesar de neste primeiro momento não permitir a realização de transacções permitir aos nossos clientes consultar as suas contas.

Descritivo	Dez-11 Adesões
Internet Banking	907

Este serviço apresenta um nível de descrição das operações que podem ser vistas nos extractos, algo que já mereceu vários comentários positivos dos nossos clientes e que o distingue dos portais da praça.

De 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011 o portal do banco recebeu um total de 30.418 visitas, uma media de 83,34 visitas por dia sendo 13.873 novas visitas.

Em termos de proveniência de visitas, Cabo Verde lidera o ranking seguido dos maiores emissores de remessas de emigrantes, Portugal, Estados Unidos da América, e França. Imediatamente após Portugal aparece Angola em 3º lugar.

c) Mobile Banking

Paralelamente implementou se e lançou se o serviço de Mobile *Banking*. Trata se de um produto inovador a nível do mercado cabo-verdiano.

Este produto visa atender à necessidade de mobilidade dos clientes que passam a poder ter o seu Banco disponível 24 horas por dia sete dias por semana usando para tal o seu telemóvel. Foram disponibilizadas duas versões do serviço, uma para os Smarthphones e o outro em SMS para os telefones convencionais.

Contudo, este canal está muito dependente da conectividade ou seja dos terminais móveis dos nossos clientes e do acesso à internet nesses terminais algo que nos finais de 2011 conheceram uma revolução com a entrada no mercado de Cabo Verde da tecnologia 3G.

8. Gestão de Riscos Financeiros

A gestão e controlo dos riscos inerentes às actividades do BAICV estão centralizados na Direcção de Gestão de Risco e Planeamento (GRP), cuja responsabilidade passa por identificar e analisar a exposição do Banco aos diversos riscos, especificamente, o risco de crédito (carteira), de liquidez, das taxas de juro e de câmbio, como também, definir políticas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

Paralelamente à acção desenvolvida pela GRP, a secção de Análise de Crédito, inserida na Direcção Comercial (DCM), é responsável pela análise e aprovação dos pedidos de créditos submetidos à instituição.

A instituição possui ainda uma Direcção especializada de Compliance e de Auditoria Interna, nomeadamente o Gabinete Jurídico e Compliance e o Gabinete de Auditoria e Inspecção, responsáveis pelos riscos relacionados com eventuais perdas financeiras ou de imagem que possam surgir, decorrentes de demandas judiciais e de sanções legais, resultantes da inconformidade dos negócios do Banco às leis, normas, regulamentos e códigos de conduta vigentes.

Neste contexto, carteira global do Banco é constantemente monitorizada, acautelando deste modo todos os potenciais riscos acima identificados, possibilitando assim salvaguardar a instituição de eventuais perdas que possam surgir.

A. Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte em cumprir com os seus compromissos financeiros pactuados perante o Banco.

Dada a importância que os riscos inerentes aos processos de crédito acarretam, a instituição exerce continuamente a supervisão de todas as actividades que possam gerar uma exposição ao risco de crédito. Neste âmbito, conta não só com a com a secção de análise da concessão de crédito, que aprova os pedidos de crédito solicitados, tendo em conta um conjunto de indicadores quantitativos como qualitativos previamente definidos para o efeito, como também, conta com o Departamento de recuperação de crédito, que analisa e agiliza os processos de recuperação de créditos vencidos ou irregulares.

A instituição conta ainda com a Direcção de Gestão de Risco (GRP), destinado especificamente à análise da carteira global de crédito do banco, designadamente, averiguando o grau de concentração dos créditos atribuídos, a diversificação dos créditos por ramos de actividade, a evolução das imparidades e dos créditos vencidos, permitindo assim avaliar globalmente a posição do banco nos períodos em estudo.

Devido ao incremento dos créditos concedidos a clientes, a exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2011 aumentou face a Dezembro de 2010 (5.323 milhões de escudos), situando-se à volta dos 7.611 milhões de escudos,.

Relativamente à qualidade de crédito concedido, verifica-se que a percentagem dos créditos vencidos sobre os créditos totais tem vindo a deteriorar em 2011, comparativamente a Dezembro de 2010. O abrandamento da economia cabo-verdiana, em consequência do agravamento da crise da zona Euro, tem afectado a capacidade dos clientes do Banco em honrarem os seus compromissos assumidos.

Qualidade do crédito atribuído

			Var. Homóloga	
Crédito sobre Clientes	**Dez 10**	**Dez-11**	**Abs.**	**%**
Crédito vencido / Crédito Total	**6.2%**	**9.1%**	2.8%	45.6%
Imparidade Crédito a Clientes/Crédito Total	**2.0%**	**2.5%**	0.5%	23.9%

Conforme previsto pela legislação aplicável, o Banco considera como crédito vencido, não só as prestações em mora, bem como o capital vincendo associado a essa operação vencida.

B. Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo riscos jurídicos.

A instituição aborda a gestão do risco operacional dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade dos serviços prestados pela mesma. Neste âmbito, o banco instituiu diversas políticas e procedimentos internos visando a mitigação de tais riscos, nomeadamente:

- ✓ A criação da área de Compliance, integrado no Gabinete Jurídico;
- ✓ Criação do regulamento interno de prevenção de branqueamento de capitais;
- ✓ Actualização do Manual de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Formação e capacitação técnica na prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Criação do Gabinete de Auditoria e Inspecção.

C. Risco de Capital

O BAICV avalia e gere criteriosamente o seu capital de forma a cumprir com os requisitos mínimos das normas prudenciais estabelecidas pela entidade reguladora (Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde).

Os Indicadores referentes ao rácio de solvabilidade de 2011 e 2010 são superiores ao limite mínimo estabelecido de 10%, demonstrando assim a posição estável do BAICV no mercado bancário nacional.

Descrição	Dez-11	Dez-10	Variação Abs.	Variação %
Fundos próprios	643,077,090	1,071,097,815	-428,020,725	-40.0%
Activos ponderados pelo risco de crédito	5,518,356,180	4,257,962,673	1,260,393,507	29.6%
Activos ponderados pela taxa de câmbio	0	0	0	
Valor equivalente em activos ponderados pelo risco operacional	229,395,751	146,642,500	82,753,251	56.4%
Total dos activos ponderados	5,747,751,931	4,404,605,173	1,343,146,758	30.5%
Rácio de Solvabilidade	**11.19%**	**24.32%**	**-13,13%**	**-53.99%**

De realçar, que o agravamento do rácio, se deve em parte ao ajustamento do cálculo de acordo com a norma do BCV, relativamente aos financiamentos aos accionistas, implicando no abatimento dos Fundos Próprios e consequentemente no rácio.

D. Risco de Mercado

Entende-se por Risco de mercado a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado é monitorizada de forma contínua, sendo que os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados, havendo para o efeito uma avaliação de desempenho periódico em função da evolução das tendências de mercado.

E. Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro traduz a eventualidade de alterações adversas nas taxas de juro de mercado virem a afectar os Resultados Líquidos ou o valor de mercado do BAICV.

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro do banco tem como objectivo avaliar a exposição a este tipo de risco, conjecturando posteriormente a capacidade da instituição em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposta. Neste sentido, recorre-se à medição da agregação dos activos e passivos sensíveis, em intervalos, que correspondam ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações.

O BAICV registou um Gap acumulado de taxa de juro negativo nos prazos até dois anos, a 31 de Dezembro de 2011, significando que a mesma possui activos sensíveis à taxa de juro em montante inferior aos passivos sensíveis nesse prazo, estando sujeita a perdas em termos de margem financeira, caso houver uma subida nas taxas de juro, e ganhos de margem financeira se as taxas de juro caírem. Nos restantes prazos, os Gap's são positivos.

F. Risco Cambial

É o risco que uma instituição pode ter que enfrentar por deter activos e passivos numa determinada moeda estrangeira, estando assim exposta a uma eventual variação da taxa de câmbio.

A gestão do risco de câmbio é feita através da monitorização dos activos e passivos em moedas estrangeiras, averiguando deste modo a posição líquida do banco face à cada moeda utilizada nas suas operações de mercado.

De acordo com o quadro do Mapa Cambial em escudos, o BAICV apresentou em Dezembro de 2011 uma exposição líquida negativa relativamente ao euro e ao dólar, significando que a instituição poderá incorrer a eventuais perdas financeiras caso haja uma valorização do dólar face ao escudo cabo-verdiano. Relativamente às restantes moedas de operação, com excepção do euro, uma valorização dessas taxas de câmbio face ao escudo cabo-verdiano, irá favorecer positivamente a instituição.

G. Risco Liquidez

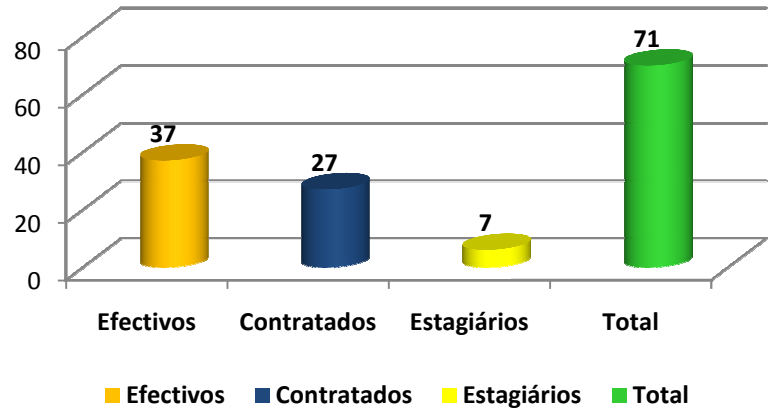
Corresponde ao risco associado à incapacidade do Banco em poder dispor em qualquer momento, de fundos necessários para satisfazer todos os seus compromissos a um custo aceitável e compensador.

A liquidez é extremamente importante pois permite demonstrar ao mercado a solidez financeira de uma instituição, como também, satisfazer o cumprimento dos pedidos de créditos dos clientes, reduzir a dimensão do prémio de risco e evitar o recurso contínuo ao mercado monetário. Neste sentido, a monitorização do risco de liquidez é feita através da análise dos Gap´s de liquidez, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, para além das obrigações a que o BAICV está sujeito perante o Banco de Cabo Verde.

9. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2011, o BAICV contava com 64 colaboradores, 5 membros do Conselho de Administração e 7 estagiários com a seguinte distribuição.

Em comparação com o ano anterior em que se registaram 66 efectivos, houve uma diminuição de 2 trabalhadores, no entanto o banco passou a contar com 7 estagiários distribuídos pelas diversas áreas de actuação.



A licenciatura é o grau académico mais representado, correspondendo a 63% dos efectivos. Quanto ao nível de habilitação média e superior traduz-se numa taxa de habilitação superior a 92%.

A habilitação a seguir mais representada, tal como verificado nos anos anteriores é o nível médio, que é detida por 30% do total dos trabalhadores.

Distribuição dos efectivos segundo nível de escolaridade

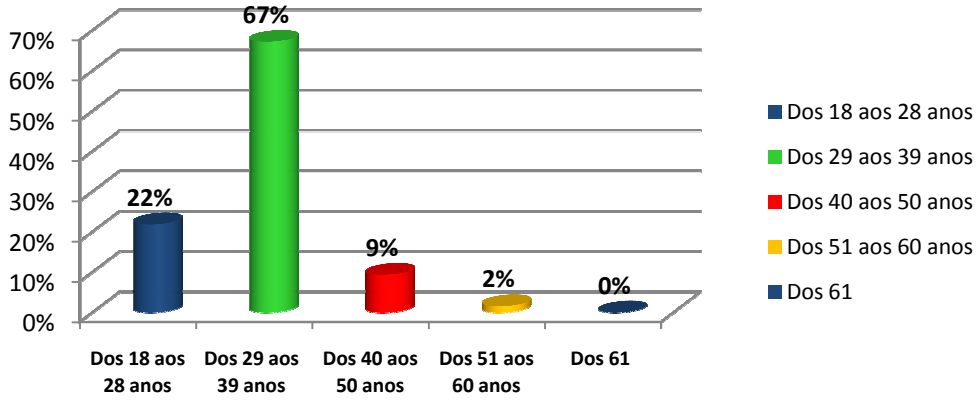
Habilitações Literárias	Homens	Mulheres	Total	%
Ensino Secundário	4	0	4	6.3%
Ensino Médio	5	14	19	29.7%
Licenciatura	22	18	40	62.5%
Mestrado	0	1	1	1.6%
Total	**31**	**33**	**64**	**100%**

O escalão etário que regista maior número de trabalhadores é o compreendido no intervalo entre os 29 e os 39 anos, situação análoga ao ano transacto.

A idade média do quadro de colaboradores, excepto estagiários, situa-se em 32,5 anos, portanto um elenco de colaboradores extremamente jovem.

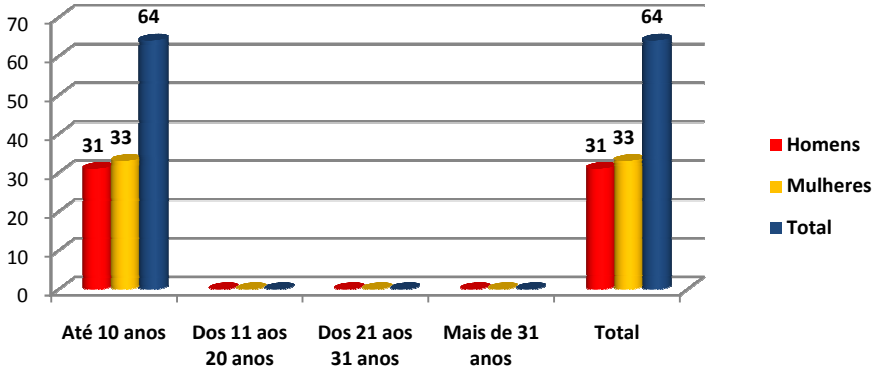
Distribuição dos efectivos segundo escalão etário

Níveis Etários	Total	%
Dos 18 aos 28 anos	14	22%
Dos 29 aos 39 anos	43	67%
Dos 40 aos 50 anos	6	9%
Dos 51 aos 60 anos	1	2%
Dos 61	0	0%
Total	**64**	**100%**



Tendo em conta que o Banco é uma Instituição recente, justifica a concentração apenas no primeiro nível de antiguidade.

Níveis de Antiguidade	Homens	Mulheres	Total	%
Até 10 anos	31	33	64	100%
Total	**31**	**33**	**64**	**100%**



O BAICV tem apostado na formação dos seus colaboradores, contribuindo para a sua formação académica. Assim, durante o ano de 2011 foram realizadas:

- ✓ 813 horas de formação
- ✓ 194 Participações

- ✓ Num total de 5.894.071ECV

Analisando as horas despendidas em formação, verifica-se que houve um aumento de 24% em relação ao ano anterior, o que traduz a nossa preocupação com a melhoria continua no treinamento, capacitação e aprimoramento constante dos nossos colaboradores.

Tabela 15 – Variação hrs formação

Ano	2010	2011	Variação
Horas formação	654	812,5	24%

Em 2011 os encargos com o pessoal representaram 80% do Produto Bancário. A remuneração base representa 66% do total dos encargos com pessoal, proporção que aumentou 28% em relação ao ano transacto.

Os encargos sociais em 2011 ascenderam a 12.816.108ECV, o que representa um aumento de 5% em relação ao ano anterior.

10. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

O **Activo Líquido** ascendeu a 7.667,7 Milhões de escudos em 2011, o que representou um crescimento de 40,2% face ao ano transacto, originado sobretudo pelo aumento de aplicações em Instituições de Créditos, cuja variação foi de 194,3%, equivalente a 1.250,6 Milhões de escudos.

Também a carteira de créditos registou uma variação positiva de 33,4%, atingindo um saldo líquido de 3.325,1 Milhões de escudos, face a 2.492,5 Milhões de escudos em 2010.

As carteiras de investimentos em obrigações para negociação e valorizadas ao justo valor foram aumentadas em 28,5% e 87,8% respectivamente.

Por contrapartida, os Activos Tangíveis, Intangíveis e Outros, diminuíram em 6,9%, 82,5% e 16,2% respectivamente.

O **Passivo** assinalou uma variação positiva de 45,7%, equivalente a 2.117,5 Milhões de escudos em relação ao período homólogo, resultante sobretudo do aumento dos recursos de outras instituições de crédito em 66,6%, correspondente a 1.451,1 Milhões de escudos, seguido da carteira de clientes cuja variação foi de 48,5% equivalente a 656,3 Milhões de escudos.

O **Capital Próprio**, não obstante os resultados negativos do exercício, registou um aumento de 9,9% (81,9 milhões escudos) face ao período homólogo, em que o capital social foi aumentado em 28,3%, enquanto que, os resultados transitados agravaram em -41,3%, seguido do **Resultado Líquido** do exercício em 72,9% negativos, cujo saldo final foi de -348,2 milhões escudos. No entanto encontra-se por realizar uma parte do aumento do capital social.

As **Disponibilidades** aumentaram em 15,4%, em relação a 2010, resultante do incremento dos depósitos de outras instituições de crédito e da carteira de clientes.

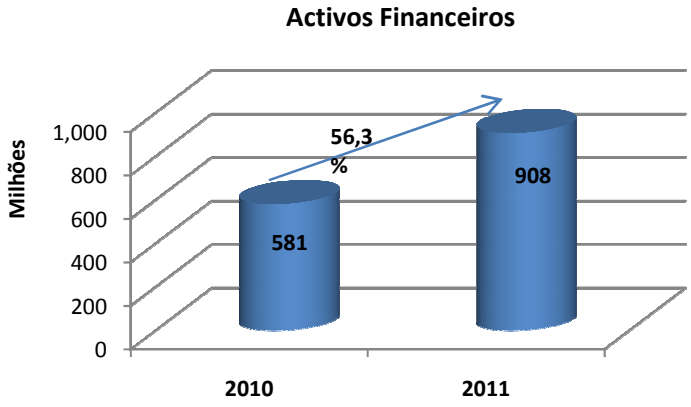
A rubrica "Caixa" conheceu uma variação positiva em 24,3%, enquanto que as Disponibilidades no Banco Central representam praticamente o saldo exigido pela reserva mínima de caixa (16% do total da carteira de depósitos de clientes) cuja variação face ao ano transacto foi de 12,2%, reflexo do aumento da carteira de clientes.

Essa disponibilidade no banco central, tem uma gestão muito mais criteriosa, devido a penalização em caso de incumprimento das reservas mínimas de caixa, e do excesso que é aplicado em activos remunerados, nomeadamente em instrumentos do Banco de Cabo Verde (TIM e TRM) e mesmo no MMI-

Mercado Monetário Interbancário, que ainda continua demonstrando uma maior rentabilidade e atractividade do mercado monetário interno face ao mercado Europeu.

Por seu turno, as disponibilidades em outras instituições de crédito, que representam na sua quase totalidade, depósitos junto dos nossos correspondentes no estrangeiro, para fazer face às operações de ordens de pagamentos emitidas e recebidas, e as operações de BAI-Trade Finance, assinalaram um decréscimo de -68,1%, face ao período homólogo.

Comparativamente a 2010, a **Carteira de Activos Financeiros** atingiu o montante de 907,6 Milhões de escudos, sendo 56,3% (511,3 milhões de escudos) em Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados, 44,5% (395,2 milhões) em Activos Detidos para Negociação e 0,1% (1.143,5 mil escudos) em Activos Financeiros Disponíveis para Venda.



Os Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados, registaram um aumento de 2010 para 2011 em 239,1 milhões.

Os Activos Detidos para Negociação no montante de 395,2 Milhões de escudos são constituídos por Títulos de Dívida (5% dos depósitos de clientes) junto do Banco Central, no montante de 125,1 Milhões de escudos (95 milhões em 2010) em Obrigações do Tesouro e 270,1 Milhões de escudos (212,4 milhões em 2010) em títulos de mercados de capitais, representada pela Bolsa de Valores, na vertente de obrigações *corporate*.

O saldo de 1.143,5 mil escudos dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda, é resultante de participações que o Banco tem noutras entidades, nomeadamente na Swift SCRL, representada por uma acção, na Novagest representada em 10% do capital social no valor de 800 mil escudos e na Enacol, representada por acção no valor de 48 mil escudos.

Em 31 de Dezembro de 2011, a nossa carteira de aplicações em Instituições de Crédito apresentava um saldo 1.894,2 Milhões escudos, cuja variação foi de 194,3% em comparação com o ano transacto, constituída unicamente por empréstimos a outras instituições de crédito, nas operações do MMI.

Analisando a carteira de **Créditos sobre Clientes**, atingimos em Dezembro de 2011, um total bruto de 3.411,4 Milhões de escudos, registando um crescimento de 34% face a 2010, cuja taxa de transformação situa-se em 165,3% face a 184,0% em 2010, e representa 44,5% do total de Activo Liquido.

O crédito "Empréstimo a Médio e Longo Prazo" representa 50% do total do crédito bruto e registou uma variação positiva de 98% face ao período homólogo, seguido do crédito "Conta Corrente Caucionada" representando 30,8% do total do crédito bruto, o credito "Habitação" representando 5,9% e o crédito Construção com 5,1%. Os descobertos em depósito a ordem tiveram alguma predominância, representando 2,3%.

O segmento de empresas lidera os a carteira de créditos, com 90%, enquanto que o segmento de particulares atingiu 8%, seguido do crédito aos colaboradores, que representa 3%.

Não obstante um maior controlo e análise do risco de crédito, reflectindo na qualidade da carteira de créditos, houve um ligeiro aumento do rácio de incumprimento situando-se em 9,1%, face a 6,2% em 2010. Portanto houve um agravamento do crédito vencido em 95,2%.

O saldo da rubrica Imparidade de crédito a clientes, no final do exercício de 2011, apresenta um valor de 86,3 milhões escudos, cuja variação face ao ano transacto foi de 66%, representando 2,5% do crédito total bruto.

A 31 de Dezembro de 2011, os **activos tangíveis e intangíveis** liquido das amortizações, sofreram uma diminuição de 14,8% (76,5 milhões de escudos), em relação ao período homólogo. Por estarem afectos à actividade do banco, contemplam bens e valores de carácter permanente, reflectindo as aquisições e depreciações ao longo do exercício económico.

Os activos intangíveis (líquido), cujo saldo final é de 1 milhão de escudos, diminuíram em 82,5%, devido as amortizações do exercício no montante de 24,7 milhões de escudos, englobando basicamente sistemas de software.

Os activos tangíveis (líquido), também diminuíram em 14,0% situando-se 439,2 milhões de escudos, devido as amortizações do exercício no montante de 182,9 milhões de escudos, com destaque para obras em imóveis arrendados, que registaram uma variação negativa de 5,3%, enquanto, os outros componentes representaram um investimento de 18%, face a 2010, com destaque para os equipamentos de máquinas e ferramentas em 53,3%, os equipamentos informáticos em 16,5% e mobiliário e material em 4%.

As imobilizações em curso, assinalaram um decréscimo de 60% equivalente a 7,2 milhões escudos em relação ao período homólogo, resultante da reclassificação de um terreno em "Outros Activos".

Os "**outros activos**", registaram uma diminuição de 9,7%, apresentando um saldo final a 31 de Dezembro de 2011 de 555 milhões de escudos, resultante de oscilações entre "activos por impostos diferidos" e "outros activos".

Respeitante aos "activos por impostos correntes" inclui IUR a recuperar, que aumentou em 71,3%, proveniente da retenção de dividendos de obrigações corporate da Bolsa de Valores.

Por ultimo, os impostos diferidos activos associados ao reporte de prejuízos fiscais variou em -46,6%, resultante de um ajustamento reconhecido em exercícios anteriores, no pressuposto da existência de matéria colectável futura.

Analisando o passivo, os "**recursos de outras instituições de crédito**" ascendeu ao montante de 3,629,2 milhões de escudos, registando uma variação de 66,6%, representando na sua quase totalidade, depósitos à ordem e a prazo, de instituições do Grupo BAI.

A carteira de **Depósitos de Clientes** aumentou consideravelmente em 43%, cujo saldo final foi de 1.927,9 milhões de escudos, na sua maioria constituída por depósitos de Empresas com 61% (1.181 milhões de escudos) seguido de particulares com 34% (663 milhões de escudos), emigrantes com 3% (66 milhões de escudos), colaboradores com 1% (11,3 milhões de escudos) e Outros com 6,6 milhões de escudos.

De salientar, que apesar do segmento empresas liderar em termos de saldos, em termos de número de clientes, 83% (4.584 clientes) são particulares e 17% (922 clientes) são empresas.

Os Depósitos de Clientes representaram 26,1% do total de Activo Liquido, enquanto que a captação via obrigações corporate representou 13% em 2011.

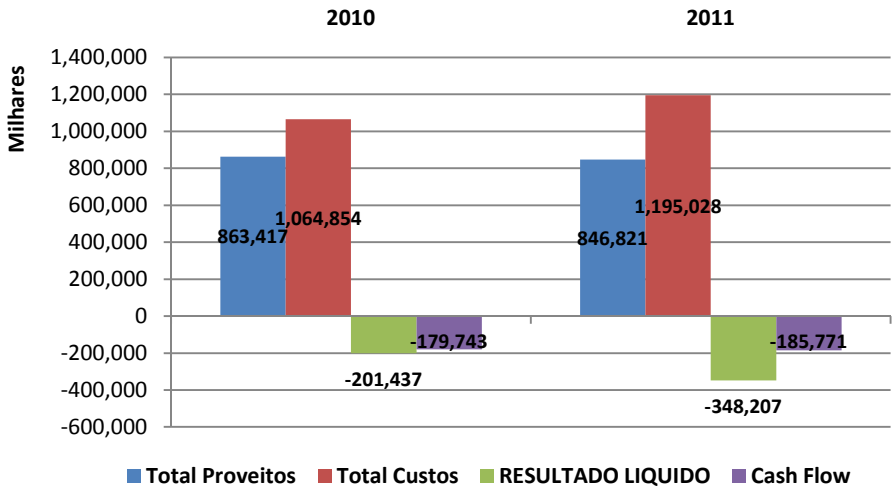
As modalidades de depósitos à ordem têm liderado o ranking dos recursos (54,1%), cuja variação foi positiva na ordem dos 21,7%, seguido dos depósitos a prazo (45,9%), que merece um destaque na variação registada em 81,36% em comparação com o período homólogo, com impacto significativo nos juros pagos a clientes.

A rubrica "**outros passivos**", conheceu um ligeiro aumento em 9,2%, equivalente a 9,4 milhões de escudos, cujo saldo final situou-se em 112,4 milhões de escudos, consequência das variações nas rubricas "credores e outros recursos" que registou uma variação de 26,6%, "outros encargos a pagar" com um aumento de 10,95%, e "outras contas de regularização" que diminuiu consideravelmente, em 95,3%.

Os **capitais próprios**, aumentaram em 9,9%, equivalente em termos absolutos de 81,9 milhões de escudos, registando um saldo final de 914,3 milhões escudos face a 2010, originado pelo aumento do capital social em 31,4%, passando de 1.522 para 2.000 bilhões escudos, não obstante estar subscrito e não realizado o montante de 47,8 milhões de escudos, e pela negativa dos resultados transitados dos exercícios anteriores na ordem de 689,7 milhões de escudos e do resultado líquido do exercício negativo em 348,2 milhões de escudos.

B. Elementos da Demonstração de Resultados

O **resultado líquido** apurado no final do exercício em Dezembro de 2011, foi de -348,2 milhões de escudos, agravando-se em 72,9%, demonstrando que os custos e perdas foram superiores aos proveitos e ganhos.



De salientar que o Resultado Antes de Imposto foi de -309,3 milhões de escudos (-284,9 milhões em 2010), representando um agravamento de 8,5% (após imposto o agravamento é de 72,9%)

Comparativamente a 2010, os factores agravantes do resultado foram:

- Reconhecimento de Perdas por Imparidade em 34,4 milhões de escudos (em 2010 tinha sido de 28,5 milhões de escudos).

- Ajustamento do Imposto Diferido Activo em 38,9 milhões de escudos (em 2010 tinha sido registado um proveito de 83,5 milhões de escudos).

- Ajustamento de Valorização de Títulos em 12,2 milhões de escudos (em 2010 tinha sido de 3,8 milhões de escudos).

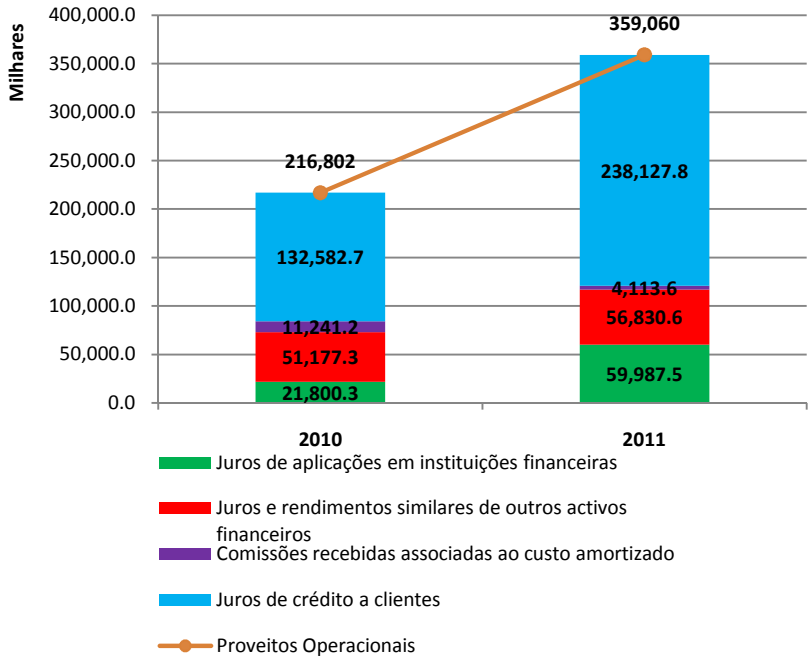
- Reconhecimento do custo do Estudo Viabilidade em 14,9 milhões de escudos.

- Reavaliação Cambial que com a valorização do dólar, registou uma menos valia de 2,1 milhões de escudos (em 2010 houve desvalorização do dólar implicando numa mais valia de 2 milhões de escudos)

A **margem financeira**, beneficiou de um crescimento de 14,0% correspondente a 22,5 milhões de escudos em relação ao período homólogo, resultante da diferença entre os juros recebidos e os juros suportados.

Nos juros recebidos constata-se que houve uma melhoria significativa cuja variação foi de 65,6%, com destaque para os juros de crédito concedido em 68,4% correspondente a 98,4 milhões de escudos,

reflectindo-se positivamente em 200,8 milhões de escudos na margem de intermediação em relação aos juros suportados dos depósitos de clientes nas operações passivas em que foram remunerados a quantia de 41,4 milhões de escudos.



Os juros de aplicações em instituições crédito, tiveram um reflexo muito significativo na ordem dos 175,2%, situando-se em 59,9 milhões de escudos face a 21,8 milhões de escudos em relação ao ano transacto, em que a modalidade "cedências" representou cerca de 96,6% desses juros, registando uma variação positiva de 43,9 milhões de escudos face a 2010.

Em relação aos juros sobre activos financeiros constituídos basicamente por títulos de obrigações corporate e obrigações do tesouro, pertencente ao mercado de capitais representado pela Bolsa de Valores, assinalaram uma variação positiva em 5,7 milhões de escudos.

De realçar a forte participação do Banco no mercado de capitais, cobrindo uma média de 80% das emissões corporate.

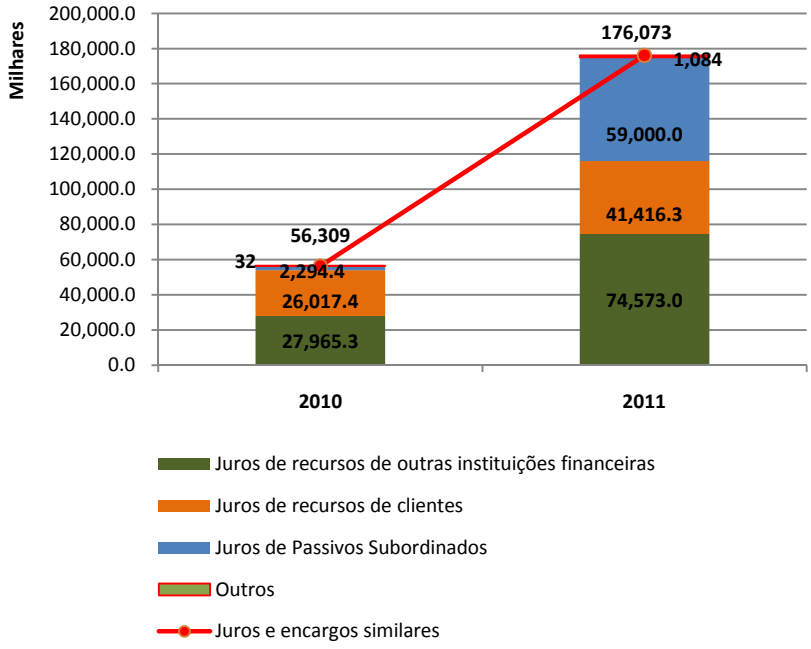
Analisando o inverso, ou seja as operações passivas, constatamos que os juros pagos, agravaram-se em 212,7%, em que suportamos 176 milhões de escudos, devido essencialmente ao aumento da carteira de depósitos a prazo nos segmentos empresas e particulares em 328,7 milhões de escudos e 66,5 milhões de escudos respectivamente.

Para os recursos de outras instituições financeiras, o banco pagou em juros o montante de 74,6 milhões escudos, cuja variação foi de 166,7%, sendo 55,7 milhões resultantes de depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro.

Outra componente que pesou os custos, foram os juros subordinados do empréstimo obrigacionista, em que o banco pagou anualmente o montante de 59,4 milhões escudos. Contudo com essa emissão, o banco beneficia no reforço progressivo da solidez financeira da instituição no plano dos rácios prudenciais (com realce aos fundos próprios, ao rácio de solvabilidade e sobretudo no limite de concentração de risco de credito a uma única entidade), da qualidade dos activos, e o equilíbrio financeiro de longo prazo (taxas de juros activas e passivas), e diversificação quer de factos geradoras de cash-flow, quer da base de "funding" e da forma e meios de aplicações de activos financeiros.

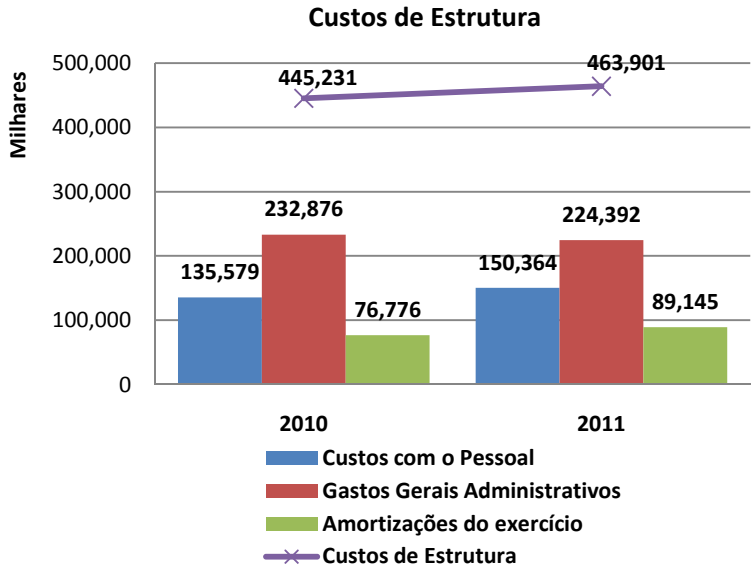
A **margem complementar** registou um agravamento de 22,2 milhões de escudos, cuja variação foi de 78,7% negativos, onde os custos ascenderam a 481,8 milhões de escudos por contrapartida dos proveitos em 487,8 milhões escudos, acabando por não afectar o **produto bancário** cuja variação foi de 0,1%.

Esse agravamento foi originado por prejuízos de reavaliação em operações cambiais (das exposições em USD, em relação as oscilações cambiais), resultante numa perda líquida no montante de 2 milhões escudos, em que a variação em relação ao período homólogo foi de -201,9%, seguido da rubrica outros resultados de exploração, que contempla os donativos e participação do banco em acções sociais, que ascendeu ao montante de 16,6 milhões escudos, cuja variação foi de 259,45%.



Destaca-se o acréscimo nas comissões sobre transferências de valores em 39,5%, outros serviços prestados em 66,4%, e em créditos concedidos em 146,6%, paralelamente a agravamentos nas comissões sobre as operações da bolsa de valores em -52,2%, devido a um menor número de emissões de obrigações corporate, em comparação com os exercícios anteriores, e nas garantias prestadas em -14,9%.

Os **Custos de Estrutura** (Custos com Pessoal + Custos Administrativos + Amortizações) foram incrementados na ordem dos 18,7 milhões de escudos em relação ao exercício anterior.



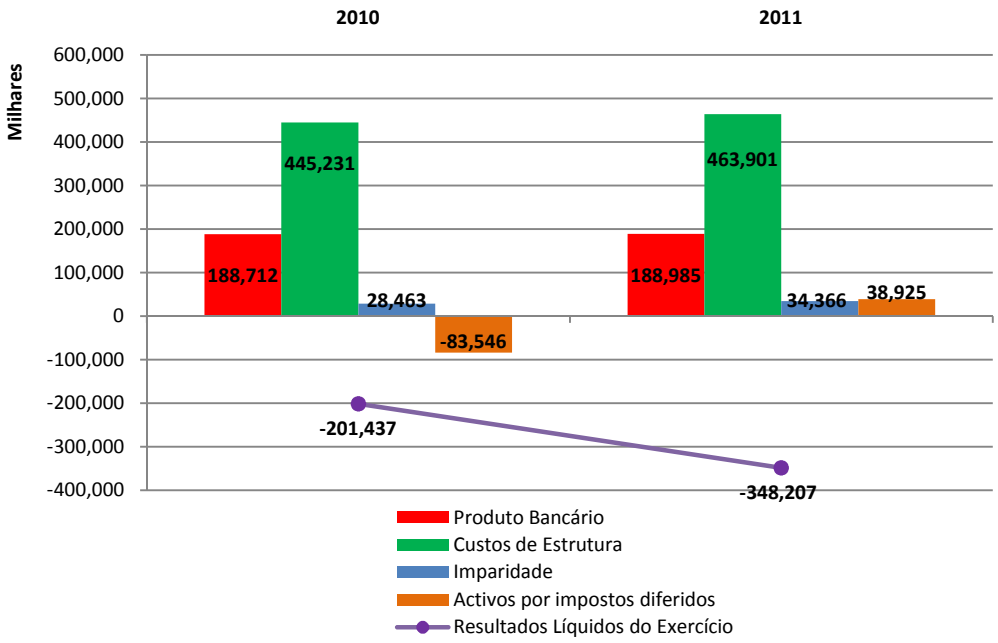
O rácio cost to income continua elevado situando-se nos 245,5% em 2011, mais 9,5 pontos percentuais que em 2010 (235,9%), reflectindo essencialmente o aumento dos custos com pessoal, face ao ligeiro aumento no produto bancário.

Os custos com pessoal, que representam 32,4% do total dos custos de estrutura, assinalaram um incremento de 10,9%, equivalente a 14,8 milhões escudos, enquanto os gastos gerais administrativos que representam 48,4% do custo total de funcionamento, diminuiu em 3,6%, cerca de 8,5 milhões de escudos, reflexo da política de contenção dos custos em FST's.

As amortizações ascenderam a 89,1 milhões escudos, com uma variação de 16,1%, representando 19,2% do custo total de estrutura.

O **resultado líquido** negativo situou-se em 348,2 milhões escudos, sofrendo um agravamento de 146,8 milhões escudos, decrescendo 72,9%, resultante sobretudo da reversão dos impostos diferidos activos, apresentando, desde modo uma variação face a 2010 de 122,4 milhões de escudos.

Os custos de estrutura não tiveram muito impacto, variando somente em 4,2%, com as imparidades a registarem um aumento substancial em 20,7%, e os impostos diferidos que foram objecto de reavaliação, afectando assim o apuramento do resultado líquido.



C. Indicadores

Económicos e Financeiros

Tendo em conta os resultados negativos (Resultado Liquido do Exercício, bem como dos Resultados Transitados), os principais indicadores económicos de desempenho e prudenciais do BAICV, registaram uma deterioração.

Assim, em Dezembro de 2011, a nível de Rendibilidade o ROA (Rendibilidade Média do Activo) e ROE (Rendibilidade Média dos Capitais Próprios), foram afectados pelos resultados negativos do exercício, atingindo -5,3% e -39,9% respectivamente, contra -4,6% e -21,8% em 2010. Este ultimo reflectindo uma diminuição da rendibilidade da margem complementar e o aumento do nível de provisões constituídas para fazer face as perdas prováveis com a carteira de crédito.

No entanto, quando medidos com base nos Cash Flows, o cenário é mais favorável, pois percebe-se uma ligeira diminuição dos rácios negativos a quererem aproximar-se do valor zero ou mesmo positivo.

O rácio de transformação, devido ao aumento avultado do crédito concedido face a carteira de clientes, atingiu os 165,3% contra os 184% de 2010, ou seja, menos 18,7 pontos percentuais.

A contrapartida da concessão desses créditos é proveniente do empréstimo obrigacionista e dos recursos de outras instituições de crédito. Pelo que incluindo esses recursos no cálculo do rácio, o mesmo atingiria os 50%.

Em termos de funcionamento, destaque para o Cost-to-Income, indicador de eficiência que relaciona os custos de estrutura com o produto bancário, com um valor ainda significativo de 245,5%, registou um agravamento em relação ao ano de 2010 que foi de 235,9%, consequência de uma estrutura de custos ainda pesada perante uma actividade bancária em crescimento moderado.

A nível de Produtividade, verificou-se uma melhoria no rácio número de clientes por empregado, passando de 49 para 86, por via essencialmente do aumento no número de clientes (+2.295 clientes que em 2010). O Banco fechou o ano com um efectivo de 64 colaboradores, 5 agências e 5.523 clientes. Igualmente, o rácio activo líquido sobre o número de empregados registou uma melhoria de 44,6%, consequência do considerável aumento no total do activo.

Destaque para o Custos de Estrutura/Activo Liquido, cujo rácio atingiu os 6,1%, menos 2,1 pontos percentuais que em 2010.

A nível de gestão de fundos, a carteira de depósitos representa 26,2% do total de activo, e realce a concentração dos 20 maiores depositantes no total de depósitos atingiu 44,2% em 2011.

Quanto a Qualidade dos Activos o rácio do crédito vencido sobre o crédito bruto total registou um agravamento de 2,8 p.p fixando-se em 9,1% contra 6,2% em 2010. Quanto ao rácio de imparidade de crédito a clientes sobre o crédito total passou para 2,5% em 2011 contra 2,0% em 2010, tendo sido efectuado no exercício um reforço da imparidade no valor de 34,4 milhões.

Prudenciais

Os **Fundos Próprios** da Instituição registaram uma variação negativa de 40%, situando-se em 643 milhões de escudos contra 1.071 milhões de escudos em Dezembro de 2010. Essa variação negativa foi influenciada não somente pelos resultados negativos dos exercícios anteriores e do resultado líquido do exercício em curso, mas sobretudo pelo excesso do rácio de limite de concentração de risco de crédito.

O **Rácio de Solvabilidade** registou uma substancial degradação face a Dez2010, passando de 24,3% para 11,2%, cuja variação foi de -54%, consequência do resultado dos fundos próprios, não obstante encontrar-se dentro limite regulamentar dos 10%.

A **cobertura de imobilizado**, tendo em conta que não pode apresentar um grau de cobertura inferior a 100% e não ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou uma depreciação de 35,6%, situando-se no valor líquido de 164 milhões escudos, expondo um grau de cobertura de 134,3% contra 208,5% em 2010.

O rácio que relaciona os **títulos de dívida pública** com os recursos de clientes, apresenta um excesso na ordem dos 25,2 milhões escudos fazendo com que o Banco tenha em aplicações em títulos 6,3% do total das suas responsabilidades da carteira de clientes, acima do mínimo de 5% exigido pelo Banco Central.

11. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

É convicção da Administração que para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Março de 2012, e vão ser assinadas em seu nome por:

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente da Comissão Executiva

Jorge Manuel da Silva e Almeida

Administrador Executivo

Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva

12. Demonstrações Financeiras

A. Balanço

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Liquido	Valor Líquido
		2011			2010
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	494 438 533		494 438 533	428 606 587
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	50 940 948		50 940 948	159 446 635
Activos financeiros detidos para negociação	17	395 197 170		395 197 170	307 464 756
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	511 293 368		511 293 368	272 241 405
Activos financeiros disponíveis para venda	19	1 143 510		1 143 510	1 143 510
Aplicações em instituições de crédito	20	1 894 153 908		1 894 153 908	643 587 611
Crédito a Clientes	21	3 411 417 242	86 366 024	3 325 051 218	2 492 503 096
Investimentos detidos até à maturidade					
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Activos não correntes detidos para venda					
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	22	622 167 372	182 972 599	439 194 773	510 647 725
Activos intangíveis	23	25 768 826	24 706 191	1 062 635	6 064 601
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos por impostos correntes	24	5 255 257		5 255 257	3 068 671
Activos por impostos diferidos	13+14	44 621 218		44 621 218	83 546 407
Outros Activos	25	505 354 732		505 354 732	559 862 569
Total de activos		**7 961 752 083**	**294 044 814**	**7 667 707 269**	**5 468 183 572**
Passivo					
Recursos de bancos centrais					
Passivos financeiros detidos para negociação				222 425	
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
Recursos de outras instituições de crédito	26			3 629 150 096	2 178 056 703
Recursos de clientes e outros empréstimos	27			2 010 945 616	1 354 595 139
Responsabilidades representadas por títulos					
Derivados de cobertura					
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas					
Provisões	28			1 041 279	1 041 279
Passivos por impostos correntes					
Passivos por impostos diferidos					
Instrumentos representativos de capital					
Outros passivos subordinados	29			999 706 779	999 271 440
Outros passivos	25			112 375 532	102 946 476
Total de Passivo				**6 753 441 727**	**4 635 911 038**
Capital					
Capital	32			1 952 200 000	1 522 000 000
Prémios de emissão					
Outros instrumentos de capital					
(Acções próprias)					
Reservas de reavaliação	33			- 7 116	- 7 116
Outras reservas e resultados transitados	34			- 689 720 350	- 488 283 730
Resultado do exercício				**- 348 206 992**	**- 201 436 620**
(Dividendos antecipados)					
Total de Capital				**914 265 542**	**832 272 534**
Total de Passivo + Capital				**7 667 707 269**	**5 468 183 572**

B. Demonstração de Resultados

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2011	2010
Juros e rendimentos similares	5	359 060 013	216 801 612
Juros e encargos similares	5	176 073 391	56 309 488
Margem Financeira		**182 986 622**	**160 492 125**
Rendimentos de instrumentos de capital		4 896	
Rendimentos com serviços e comissões	6	40 578 791	37 558 157
Encargos com serviços e comissões	6	3 671 254	3 026 203
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7	- 12 214 601	- 3 781 673
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial	8	- 2 134 766	2 094 639
Resultados de alienação de outros activos	9	61 458	
Outros resultados de exploração	10	- 16 626 252	- 4 625 433
Produto Bancário		**188 984 895**	**188 711 612**
Custos com pessoal	11	150 364 253	135 578 673
Gastos gerais administrativos	12	224 391 879	232 876 034
Amortizações do exercício	22,23	89 144 542	76 776 483
Provisões líquidas de reposições e anulações	28		
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	34 366 024	28 463 449
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
Resultados antes de Impostos		**- 309 281 803**	**- 284 983 027**
Impostos			
Correntes			
Diferidos	13	-38 925 189	83 546 407
Resultados após Impostos		**- 348 206 992**	**- 201 436 620**

C. Demonstração de Rendimento Integral

	31-Dez-11	31-Dez-10
Resultado Líquido	**-348,206,992**	**-201,436,620**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-	1,092
Impacto fiscal	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	**0**	**1,092**
Rendimento Integral Individual	**-348,206,992**	**-201,435,528**

D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado liquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2010	1,000,000,000	505,185,794	-	-	(207,829,514)	(280,462,424)	1,016,893,856
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	1,092	1,092
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	522,000,000	-	-	-	-	-	522,000,000
Prestações suplementares	-	(505,185,794)	-	-	-	-	(505,185,794)
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	(201,436,620)	(201,436,620)
Resultados transitados	-	-	-	-	(280,454,216)	280,454,216	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1,522,000,000	-	-	-	(488,283,730)	(201,443,737)	832,272,534
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	430,200,000	-	-	-	-	-	430,200,000
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	(348,206,992)	(348,206,992)
Resultados transitados	-	-	-	-	(201,436,620)	201,436,620	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1,952,200,000	-	-	-	(689,720,350)	(348,214,109)	914,265,542

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2011	2010
Fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	386,021,952	235,520,100
Juros, comissões e outros proveitos pagos	-102,536,107	-49,183,293
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	-1,321,440	-10,906,153
Pagamentos a empregados e fornecedores	-334,225,175	-332,085,697
Fluxo de caixa proveniente do resultado operacional antes da variação dos activos e passivos operacionais	**-52,060,770**	**-156,655,043**
(Aumentos) Diminuições de activos operacionais		
Depósitos em Bancos Centrais	-38,463,192	-45,537,635
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para a venda	-331,402,001	55,030,701
Créditos sobre clientes	-873,851,219	-1,601,063,223
Outros activos	-21,187,642	-182,026,873
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1,444,138,840	1,619,803,634
Recuros de clientes	648,993,574	-102,874,488
Outros passivos	19,000,000	
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades operacionais	**847,228,359**	**-256,667,884**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de investimento		
Aquisição de activos intangíveis	-1,191,737	
Aquisição de activos tangíveis	-6,186,030	-200,724,271
Fluxo líquido proveniente de actividades de investimento	**-7,377,767**	**-200,724,271**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de financiamento		
Emissão de dívida titulada e subordinada		996,960,565
Realização de capital	430,200,000	99,180,000
Prestações suplementares		-108,465,794
Juros e gastos similares	-59,000,016	
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades de financiamento	**371,199,984**	**987,674,771**
Variação líquido de Caixa e equivalentes de caixa	1,158,989,806	373,627,572
Caixa e equivalentes de caixa no início do periodo	914,647,681	545,822,514
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	-3,104,740	-4,802,405
Caixa e Equivalentes de caixa no final do periodo	**2,070,532,748**	**914,647,682**

13. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado liquido negativo de 348.206.992 escudos cabo-verdianos (trezentos e quarenta e oito milhões duzentos e seis mil novecentos e noventa e dois escudos) seja totalmente incorporado nos Resultados Transitados.

14. Notas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em Escudos Cabo-verdianos)

ENQUADRAMENTO

O Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (BAICV ou BAI Cabo Verde, S.A.) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de Março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua actividade em 21 de Outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício Santa Maria R/C, Avenida de Lisboa, Chã D'Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de 2.000.000.000$00 (dois bilhões de escudos cabo-verdianos), encontrando-se por realizar o montante de 47.800.000$00, o Banco tem como principais accionistas o BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A., a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A. e a SOGEI- Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de actividade de banca de empresas, Project finance, banca de investimentos e *private banking*.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do BAI Cabo Verde, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 16/03/2012, sendo tais documentos colocados à disposição dos accionistas a partir de 30/03/2012, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 13/04/2012.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Escudos Cabo-verdianos (ECV), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As Demonstrações Financeiras do BAICV foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Novo Plano de Contas (Conforme o Anexo à Instrução nº135/2009 do BCV), e demais disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras do Banco referente aos exercícios de 2010 e 2011, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007, e são directamente comparáveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efectiva a 1 de Janeiro de 2011:

- **IAS 32** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'.
- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'.
- **IAS 24** (alteração) 'Partes relacionadas'.
- **IFRIC 14** (Alteração) ' IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'.
- **IFRIC 19** (nova), 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'.

Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior:

- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011).
- **IRFS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011).
- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012).
- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012).
- **IFRS 9** (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013).
- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013).
- **IFRS 12** (novo) – 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013).
- **IFRS 13** (novo) – 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013).
- **IAS 28** (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013).
- **IFRS 7** (alteração), 'Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013).
- **IAS 32** (alteração) 'Compensação de activos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014).

É convicção do Conselho de Administração que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.1. ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são reconhecidos pelo BAICV na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BAICV classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e outros valores a receber, activos financeiros detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda.

A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- ✓ Preços de um mercado activo;
- ✓ Técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") conforme seja apropriado; ou
- ✓ Preços obtidos junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor.

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- ✓ eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilística");

- ✓ um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

- ✓ se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada periodicamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidas em resultados.

2.1.3. CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER E PROVISÕES

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e não podem ser reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

Os créditos a clientes apenas são abatidos ao balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem substancialmente transferidos todos os riscos e benefícios associados à sua pertença.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam noventa e um (91) dias após o seu vencimento. Considera igualmente nestas situações, o montante do capital vincendo associado ao vencido.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando:

(i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial; e

(ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade.

2.1.4. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos a deter até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BAICV demonstrou intenção e capacidade de manter até à maturidade. A venda de uma parte significativa destes activos dá origem a uma reclassificação para a rubrica de disponíveis para venda.

No reconhecimento inicial os activos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas.

Posteriormente, estes activos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados (de acordo com o método de taxa efectiva).

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido da imparidade reconhecida.

2.1.5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui:

(i) Activos cuja intenção é a sua detenção por um período de tempo indeterminado incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade;

(ii) outros instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial aqui foram enquadrados, ou

(iii) não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39, acima descritas.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes activos são reconhecidas nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais

associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os indícios de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, são:

(i) para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação; e

(ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2.PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados:

(i) Inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos; e

(ii) Subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.3.INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente reavaliados ao justo valor. O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como activos no balanço, quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo, e com ganhos e perdas reconhecidos em resultados do exercício.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os derivados são também registados em contas extra-patrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

2.4. ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

A) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

B) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5.RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6.RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- ✓ Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

- ✓ Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e

- ✓ Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de "Corporate Finance" são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros activos, independentemente de serem de imediato facturados, ou quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.7.ACTIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três (3) anos.

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos activos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis e obras	25
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e Material	8 -12
Máquinas e Ferramentas	4 - 6
Equipamento Informático	4 - 5
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	8
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Outros activos intangíveis	3

Os custos subsequentes com activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

2.9.LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

Como Locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como Locatário:

Os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.10. PROVISÕES E IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As provisões são reconhecidas quando:

(i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;

(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e

(iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidos indícios de imparidade sempre que:

- ✓ se verifique incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente nos pagamentos de juros ou capital;
- ✓ se verifiquem dificuldades financeiras significativas do devedor ou emissor da dívida;
- ✓ se verifique existência de elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emissor da dívida;
- ✓ se verifique comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;
- ✓ se conheça informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; ou
- ✓ se verifique um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objectivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.12. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto Único sobre Rendimento (Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IUR, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável para o exercício de 2011, sendo esta de 25%.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

2.13. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e caso não exista, cotação ao valor nominal.

2.14. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.
Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.
As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.15. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.16. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A) PERDAS POR IMPARIDADE NO CRÉDITO A CLIENTES

O Banco aprecia a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade. Esta avaliação é efectuada pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações de crédito.

B) JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS NÃO COTADOS OU COTADOS EM MERCADO NÃO ACTIVO

O justo valor destes activos foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

C) IMPOSTOS DIFERIDOS

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base a legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da actividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *compliance*, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "reporting" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A actividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de activos sujeitos a risco país; por outro lado a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito, passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo:

	31-Dez-11		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**Valor Contabilístico**	**Provisões e Imparidade**	**Valor Contabilístico Líquido**
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	494.438.533	-	494.438.533
Disponibilidades em OIC's	50.940.948	-	50.940.948
Aplicações em IC	1.894.153.908	-	1.894.153.908
Créditos a Clientes	3.411.417.242	86.366.024	3.325.051.218
Activos Financeiros Detidos para Negociação	395.197.170		395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	511.293.368		511.293.368
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.143.510		1.143.510
Outros activos	501.338.935		501.338.935
Total Patrimoniais	**7.259.923.614**	**86.366.024**	**7.173.557.590**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	138.742.533	-	138.742.533
Créditos documentários abertos	47.799.878	-	47.799.878
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	287.652.232	-	287.652.232
Total Extra-Patrimoniais	**474.194.643**	**-**	**474.194.643**
Total	**7.734.118.257**	**86.366.024**	**7.647.752.233**

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-10		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	428.606.587	-	428.606.587
Disponibilidades em OIC's	159.446.635	-	159.446.635
Aplicações em IC	643.587.611	-	643.587.611
Créditos a Clientes	2.544.503.096	52.000.000	2.492.503.096
Activos Financeiros Detidos para Negociação	307.464.756		307.464.756
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	272.241.405		272.241.405
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.143.510		1.143.510
Outros activos	556.981.819		556.981.819
Total Patrimoniais	**4.913.975.418**	**52.000.000**	**4.861.975.418**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	207.267.408	-	207.267.408
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	253.342.383	-	253.342.383
Total Extra-Patrimoniais	**460.609.791**	**-**	**460.609.791**
Total	**5.374.585.209**	**52.000.000**	**5.322.585.209**

Os quadros anteriores representam o pior cenário (*worst case scenario*) a nível de exposição do Banco a risco de crédito de clientes em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, pois não foram tidas em consideração as garantias detidas ou outras melhorias de crédito.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo das provisões económicas serão apreciados pela Comissão Executiva.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respectivo risco assenta em larga medida na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

Para os activos em balanço, a exposição definida é baseada no montante escriturado como reportado na face do Balanço.

O Banco não se encontra exposto ao risco país na sua carteira de crédito, pois a totalidade dos clientes de crédito são residentes em Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2011, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 17 (8 em 31 de Dezembro de 2010).

O saldo das operações de crédito que registam incumprimento nos prazos indicados a 31 de Dezembro de 2011 é o seguinte:

	90 a 180 dias	181 a 360 dias	a mais de 360 dias	Total
Empresas	**250.975.049**	**39.944.500**	**2.920.664**	**293.840.213**
Conta Corrente Caucionada	9.699.787		2.500.000	12.199.787
Crédito à Construcão	3.676.800			3.676.800
Crédito Turismo e a Restauracão			420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	237.598.462	39.944.500		277.542.962
Particulares	**3.974.189**	**5.867.296**	**0**	**9.841.485**
Crédito Automóvel	515.743			515.743
Conta Corrente Caucionada		4.300.000		4.300.000
Crédito Pessoal	3.458.446	1.567.296		5.025.742
Total	**254.949.238**	**45.811.796**	**2.920.664**	**303.681.698**

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

A 31 de Dezembro de 2011 a carteira do Banco apresentava 20 operações reestruturadas, as quais totalizavam 877.816.555 escudos cabo-verdianos (a 31 de Dezembro de 2010 não havia qualquer crédito reestruturado).

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

	31-Dez-11
Empresas	**877.592.227**
Conta Corrente Caucionada	240.718.750
Crédito Médio e Longo Prazo	636.873.477
Particulares	**224.328**
Crédito Pessoal	224.328
Total	**877.816.555**

Qualidade do crédito não vencido e sem imparidade

O quadro abaixo foi elaborado com base nos seguintes pressupostos:

i) Considerou-se como sinal de incumprimento o facto do cliente apresentar “sinais de imparidade”;
ii) Considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos nas datas de referência;

	31-Dez-11	
	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento
Empresas	**2.621.390.627**	**138.501.438**
Descoberto em depósitos à ordem	65.579.983	0
Crédito Automóvel	30.760.783	0
Conta Corrente Caucionada	983.981.540	50.674.683
Crédito à Construcão	124.852.047	38.252.704
Crédito Modernização e Expansão	35.371.691	0
Crédito Hipotecário	19.752.248	0
Crédito Médio e Longo Prazo	1.356.404.424	49.574.051
Credito Habitação	4.687.911	0
Particulares	**199.778.556**	**49.909.802**
Descoberto em depósitos à ordem	7.591.361	0
Crédito Automóvel	19.922.848	3.943.919
Crédito Habitação	95.891.850	37.849.391
Crédito Construção	5.000.000	0
Crédito Medio e Longo Prazo	29.638.677	0
Crédito Pessoal	41.733.820	8.116.492
Empregados	**93.217.070**	**0**
Descoberto em depósitos à ordem	27.071	0
Crédito Automóvel	8.636.955	0
Crédito Habitação	67.405.349	0
Crédito Pessoal	17.147.695	0
Total	**2.914.386.253**	**188.411.240**

Créditos individualmente considerados em imparidade

A divisão do montante bruto de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade é o seguinte:

	31-Dez-11
Empresas	**1.270.437.075**
Conta Corrente Caucionada	107.608.750
Crédito à Construção	124.904.164
Crédito Automóvel	29.492.873
Crédito Habitação	4.687.911
Crédito Modernização e Expansão	35.371.691
Descoberto Autorizado	9.816.641
Empréstimo médio longo prazo	70.000.000
Crédito Médio e longo prazo	888.555.045
Particulares	**135.407.307**
Conta Corrente Caucionada	4.300.000
Crédito Automóvel	30.595.753
Crédito Habitação	16.023.550
Crédito Pessoal	26.533.901
Crédito Salário +	22.398.307
Crédito Salário Funcionário	16.205.853
Descoberto Autorizado	1.380.357
Crédito Médio e longo prazo	17.969.587
Total	**1.405.844.382**

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à detecção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de negociação e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objecto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de activos, qualidade de risco das entidades emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas susceptíveis de investimento, níveis de *stop loss* na carteira de negociação, etc.), bem como a rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção); alterações no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transacção) decorrem, normalmente, da actividade de negociação da instituição, incluindo "market making" e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

O contravalor, em escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, decompõem-se como segue:

31-Dez-11

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	24.568.696	41.511.854	249.942	3.096.396	16.895	792.423		10.032	95.032	2.696.445	73.037.715
Disponibilidades em OIC's no Exterior	23.119.988	1.706.657	280.572	2.573.574			28.050				27.708.841
Activos Financeiros disponíveis para venda	295.510										295.510
Outros activos	794.603	1.283									795.886
Total Activo	**48.778.797**	**43.219.794**	**530.514**	**5.669.970**	**16.895**	**792.423**	**28.050**	**10.032**	**95.032**	**2.696.445**	**101.837.952**
Recursos de OIC's	3.009.924.656	577.558.108									3.587.482.764
Recursos de Clientes	91.665.114	44.874.162									136.539.276
Outros passivos	8.210.691	2.971.102									11.181.793
Total Passivo	**3.109.800.461**	**625.403.372**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3.735.203.833**
Exposição líquida	**-3.061.021.664**	**-582.183.578**	**530.514**	**5.669.970**	**16.895**	**792.423**	**28.050**	**10.032**	**95.032**	**2.696.445**	**-3.633.365.881**

31-Dez-10

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	33.660.597	15.123.183	38.456	426.918	18.350	792.423	50.059.927
Disponibilidades em OIC's no Exterior	125.260.344	33.578.998	373.947	233.346			159.446.635
Activos Financeiros disponíveis para venda	295.510						295.510
Total Activo	**159.216.451**	**48.702.181**	**412.403**	**660.264**	**18.350**	**792.423**	**209.802.072**
Recursos de OIC's	1.347.086.465	611.403.276					1.958.489.741
Recursos de Clientes	31.712.795	40.280.932					71.993.727
Outros passivos	1.244	1.754.028					1.755.272
Total Passivo	**1.378.800.504**	**653.438.236**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2.032.238.740**
Exposição líquida	**-1.219.584.053**	**-604.736.055**	**412.403**	**660.264**	**18.350**	**792.423**	**-1.822.436.668**

Como decorre da análise destes quadros, com excepção ao Dólar, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua actividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao ECV tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra-patrimioniais.

O quadro abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações:

	31-Dez-11								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								494.438.533	494.438.533
Disponibilidades em Outras IC								50.940.948	50.940.948
Aplicações em IC	1.879.372.000							14.781.908	1.894.153.908
Crédito a clientes	113.687.938	29.867.271	824.871.831	47.920.995	393.419.027	649.538.188	1.043.492.244	222.253.724	3.325.051.217
Activos Financeiros Detidos para Negociação	50.842.156				30.393.022	275.211.556	30.619.961	8.130.475	395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		348.028.005				149.109.876		14.155.487	511.293.368
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
									0
Total Activos	2.043.902.093	377.895.276	824.871.831	47.920.995	423.812.049	1.073.859.619	1.074.112.205	805.844.585	6.672.218.654
									0
Recursos de Instituições Financeiras	2.392.557.500	275.662.500	594.999.999					365.930.097	3.629.150.096
Recursos de Clientes	108.452.003	41.193.969	67.349.586	105.991.067	246.320.886	34.831.483	281.515.734	1.125.290.889	2.010.945.616
Outros passivos subordinados							1.000.000.000	-293.221	999.706.779
Total Passivos	2.501.009.503	316.856.469	662.349.586	105.991.067	246.320.886	34.831.483	1.281.515.734	1.490.927.765	6.639.802.491
Gap de taxa de juro	-457.107.409	61.038.807	162.522.245	-58.070.072	177.491.163	1.039.028.136	-207.403.528		
Gap de taxa de juro acumulado	-457.107.409	-396.068.603	-233.546.357	-291.616.429	-114.125.266	924.902.871	717.499.342		

Nos prazos até 1 mês, 6 a 12 meses e +5 anos, o BAICV registou um Gap de taxa de juro negativo, ou seja, o banco possui Activos sensíveis a taxa de juro em montante inferior aos Passivos Sensíveis. Este facto significa que o banco está sujeito a perdas em termos de margem financeira, se houver subida nas taxas de juro, e ganhos de margem financeira se as taxas de juro caírem.

Nos prazos 1 a 3 meses, 3 a 6 meses, 1 a 2 anos e 2 a 5 anos, o banco registou Gaps de taxa de juro positivos, ou seja, os Activos Sensíveis foram superiores aos Passivos Sensíveis a taxa de juro.

	31-Dez-10								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								428.606.587	428.606.587
Disponibilidades em Outras IC								159.446.635	159.446.635
Aplicações em IC	642.350.000							1.237.611	643.587.611
Crédito a clientes	62.234.666	55.873.256	216.595.231	896.934.878	52.237.650	333.043.045	763.041.621	112.542.748	2.492.503.095
Activos Financeiros Detidos para Negociação	51.423.833					244.320.158		11.720.764	307.464.755
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		132.364.607				131.738.584		8.138.214	272.241.405
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
									0
Total Activos	756.008.499	188.237.863	216.595.231	896.934.878	52.237.650	709.101.787	763.041.621	722.836.069	4.304.993.598
Recursos de Instituições Financeiras	824.237.963		165.397.500	594.999.999				593.421.241	2.178.056.703
Recursos de Clientes	42.734.176	133.674.289	53.556.374	7.544.125	31.576.914	219.029.769	0	866.479.493	1.354.595.140
Outros passivos subordinados							1.000.000.000	-728.560	999.271.440
Total Passivos	866.972.139	133.674.289	218.953.874	602.544.124	31.576.914	219.029.769	1.000.000.000	1.459.172.174	4.531.923.283
Gap de taxa de juro	-110.963.640	54.563.574	-2.358.643	294.390.754	20.660.736	490.072.018	-236.958.379		
Gap de taxa de juro acumulado	-110.963.640	-56.400.066	-58.758.709	235.632.044	256.292.780	746.364.798	509.406.419		

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu *gap* de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de gap de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros pelos respectivos intervalos de maturidade relevantes, no final do mês de Dezembro de 2011 e 2010. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

	31-Dez-11						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	494.438.533						494.438.533
Disponibilidades em OIC's no país	23.232.106						23.232.106
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	27.708.842						27.708.842
Aplicações em IC		1.894.153.908					1.894.153.908
Crédito a clientes		143.555.208	872.792.826	1.042.957.215	1.040.492.244	225.253.724	3.325.051.218
Activos Financeiros Detidos para Negociação		52.338.150	6.634.481	305.604.578	30.619.961		395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		362.183.492		149.109.876			511.293.368
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Outros Activos				423.346.420		45.850.362	469.196.782
Total Activos	545.379.481	2.452.230.759	879.427.307	1.921.018.088	1.071.112.205	272.247.596	7.141.415.436
Recursos de Instituições Financeiras	365.930.097	2.668.220.000	594.999.999				3.629.150.096
Recursos de Clientes	1.125.290.889	149.645.972	173.340.653	281.152.369	281.515.734		2.010.945.616
Outros passivos subordinados		-293.221			1.000.000.000		999.706.779
Outros Passivos		100.153.025				12.222.507	112.375.532
Total Passivos	1.491.220.986	2.917.725.776	768.340.653	281.152.369	1.281.515.734	12.222.507	6.752.178.023
Gap de Liquidez	-945.841.505	-465.495.017	111.086.654	1.639.865.720	-210.403.528	260.025.090	389.237.414
Gap de Liquidez acumulado	-945.841.505	-1.411.336.522	-1.300.249.867	339.615.852	129.212.324	389.237.414	

	31-Dez-10						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	428.606.587						428.606.587
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	159.446.635						159.446.635
Aplicações em IC		643.587.611					643.587.611
Crédito a clientes		89.805.550	1.316.354.022	585.224.868	393.969.293	107.149.364	2.492.503.096
Activos Financeiros Detidos para Negociação		5.941.878	663.934	295.743.991	5.114.953		307.464.756
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		8.138.214		264.103.191			272.241.405
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Outros Activos				554.996.319		1.985.500	556.981.819
Total Activos	588.053.221	747.473.252	1.317.017.956	1.700.068.369	399.084.246	110.278.374	4.861.975.419
Recursos de Instituições Financeiras	583.858.256	831.879.098	762.319.349				2.178.056.703
Recursos de Clientes	856.623.655	180.115.173	62.305.844	255.550.466			1.354.595.139
Outros passivos subordinados			2.294.444		1.000.000.000		1.002.294.444
Outros Passivos		53.252.738	5.222.181	42.731.676			101.206.595
Total Passivos	1.440.481.911	1.065.247.009	832.141.819	298.282.142	1.000.000.000	0	4.636.152.882
Gap de Liquidez	-852.428.690	-317.773.757	484.876.137	1.401.786.226	-600.915.754	110.278.374	225.822.537
Gap de Liquidez acumulado	-852.428.690	-1.170.202.447	-685.326.310	716.459.916	115.544.162	225.822.536	

3.6. GESTÃO DE CAPITAL

O Banco gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a optimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais (Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde).

Conforme evidenciado no quadro abaixo, o Banco apresenta, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, um nível de solvabilidade acima do valor mínimo (10%) fixado pelo Banco de Cabo Verde.

	31-Dez-11	**31-Dez-10**
Fundos próprios de base elegíveis	913.210.023	826.215.049
Fundos próprios complementares	456.612.127	413.114.641
Fundos próprios antes das deduções	**1.369.822.150**	**1.239.329.690**
Parte que excede o limite concentração risco	726.745.060	168.231.874
Insuficiência de liquidez	0	0
Fundos Próprios	**643.077.090**	**1.071.097.815**
Total dos activos ponderados	**5.747.751.931**	**4.404.605.173**
Rácio de solvabilidade	**11,19%**	**24,32%**

NOTA 4 - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, tendo por comparação taxas aplicáveis a estes activos à data de referência das demonstrações financeiras para os mesmos prazos.

Tendo em conta a maturidade das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco considera não significativa a diferença entre o justo valor e o valor por que se encontram registadas, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes activos e passivos são taxas de mercado:

- ✓ Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais:
  - são constituídas por notas e moedas e depósitos à ordem, e atendendo-se ao curto prazo destes activos o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados.
- ✓ Disponibilidades em outras instituições de crédito:
  - são constituídas por depósitos à ordem, sendo activos de muito curto prazo e as taxas aplicáveis consideradas taxas de mercado, pelo que o justo valor é idêntico ao valor de registo contabilístico.
- ✓ Aplicações em instituições de crédito:
  - tendo por base os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.
- ✓ Crédito a clientes:
  - o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são de acordo com o nosso preçário e uma média das taxas de mercado (taxa directora do banco central, acrescida de um *spread*), com excepção de créditos aos colaboradores cujas taxas são bonificadas. Esse justo valor do crédito, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, de acordo com o vencimento nas datas contratualmente definidas.
- ✓ Recursos de clientes:
  - o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados de acordo com as instruções do cliente, considerando que as taxas aplicáveis estão conforme o nosso preçário, preparado com base na estratégia comercial definida pelo Banco e nas taxas de mercado.

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros e Rendimentos Similares	**359.060.013**	**216.801.612**
Disponibilidades em IC's	600	0
Aplicações em IC's	59.987.469	21.800.336
Crédito a clientes	242.241.391	143.823.986
Activos financeiros	56.830.553	51.177.290
Juros e Encargos Similares	**176.073.391**	**56.309.488**
Recursos de IC's	74.572.965	27.965.292
Recursos de clientes	41.416.331	26.033.321
Passivos subordinados	59.435.355	2.310.875
Outros juros e encargos similares	648.740	0
Margem Financeira	**182.986.622**	**160.492.125**

NOTA 6 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Comissões recebidas por:	**40.578.791**	**37.558.157**
Garantias prestadas	3.771.927	4.432.478
Serviços prestados	17.372.592	11.071.341
Operações realizadas por conta de terceiros	8.396.359	17.577.969
Outras	11.037.913	4.476.370
Comissões pagas por:	**3.671.254**	**3.026.203**
Instrumentos financeiros	1.145.038	1.808.529
Serviços bancários prestados por terceiros	951.378	183.055
Por operações realizadas por terceiros	1.574.838	1.034.619
Comissões liquidas	**36.907.537**	**34.531.954**

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Ganhos em activos financeiros:	**789.045**	**17.827.609**
Detidos para negociação	619.961	2.964.174
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	169.084	14.863.435
Perdas em activos financeiros:	**13.003.646**	**21.609.282**
Detidos para negociação	3.654.336	13.349.042
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.349.310	8.260.240
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor atraves de resultados	**-12.214.601**	**-3.781.673**

NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Ganhos em operações cambiais:	**442.844.885**	**505.608.275**
Na posição cambial à vista	442.844.885	505.608.275
Perdas em operações cambiais:	**444.979.651**	**503.513.636**
Na posição cambial à vista	444.979.651	503.513.636
Resultados de reavaliação cambial	**-2.134.766**	**2.094.639**

NOTA 9 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Ganhos em activos não financeiros:	**61.458**	**0**
Outros activos tangíveis	61.458	0
Perdas em activos não financeiros:	**0**	**0**
Outros activos tangíveis	0	0
Resultados de alienação de outros activos	**61.458**	**0**

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Rendimentos de exploração por:	**3.481.150**	**2.075.304**
Ganhos em activos não financeiros	0	0
Outros	3.481.150	2.075.304
Gastos de exploração por:	**20.107.402**	**6.700.736**
Quotizações e donativos	3.532.203	3.571.591
Impostos indirectos	349.906	54.176
Outros	16.225.293	3.074.969
Outros resultados de exploração	**-16.626.252**	**-4.625.433**

Do saldo apresentado em 2011 na rubrica Outros Gastos de Exploração, 92% desse montante (14.962.294$00) refere-se ao reconhecimento como despesa, da comparticipação do Banco no estudo de viabilidade.

NOTA 11 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Remuneração dos órgãos de gestão	**34.726.075**	**16.779.518**
Remuneração Mensal	28.554.305	13.509.551
Subsídios	5.289.770	2.727.467
Outras remunerações	882.000	542.500
Remuneração dos empregados	**101.994.819**	**105.109.164**
Remuneração mensal	70.678.208	74.194.477
Remunerações adicionais	454.613	506.137
Subsídios	29.984.755	29.853.614
Outras remunerações	877.243	554.936
Encargos sociais obrigatórios	**12.665.988**	**12.174.951**
Providência Social	12.515.868	12.024.991
Seguro de acidentes de trabalho	150.120	149.960
Outros custos com pessoal	**977.371**	**1.515.040**
Total	**150.364.253**	**135.578.673**

O número efectivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 31.

Os saldos com os elementos da Administração e Direcção do Banco encontram-se divulgados na Nota 33.

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	**30.786.265**	**28.860.219**
Agua, Energia e combustível	22.959.099	21.733.467
Impressos e material consumo	5.161.638	4.929.818
Outros fornecimentos (materiais diversos)	2.665.528	2.196.934
Com serviços de terceiros	**193.605.614**	**204.015.815**
Rendas e alugueres	79.018.777	77.348.390
Comunicação e despesas de expedição	16.189.908	14.583.158
Deslocações, estadas e representação	16.783.803	19.115.574
Publicidade e edição	8.795.087	19.996.965
Conservação e reparação	10.594.170	8.693.822
Transportes	2.781.144	1.561.730
Formação de pessoal	2.946.858	8.500.894
Seguros	896.363	3.812.373
Serviços especializados	34.442.058	26.042.670
Outros serviços de terceiros	21.157.446	24.360.239
Total	**224.391.879**	**232.876.034**

NOTA 13 – IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os lucros apurados pelo Banco são tributados em Sede do IUR, e incide sobre os rendimentos obtidos, no período da tributação. O pagamento do imposto é efectuado com base na declaração do Mod.1B, e acompanhada da guia GP010, caso haja opção pela autoliquidação.

A declaração de impostos fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 5 anos contado a partir do exercício a que respeitam.

Tendo em conta que, relativamente ao exercício de 2011, foi apurado um resultado antes de impostos negativo de 309.281.803$00, o que se traduz igualmente na determinação de um lucro tributável negativo, não há obrigatoriedade de pagamento de imposto sobre lucros. Conforme referido na Nota 2.12, o prejuízo fiscal apurado poderá ser deduzido ao lucro tributável a apurar nos próximos três anos.

Refira-se ainda, que no exercício de 2011, tendo em conta as previsões do resultado fiscal para os próximos exercícios, procedeu-se a uma revisão do imposto diferido activo, registado no exercício anterior, tendo-se concluído que a esta data o valor adequado ascende a 44.621.218$00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um mil, duzentos e dezoito escudos). Deste modo, procedeu-se a uma reversão no exercício do montante de 38.925.189$00.

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros do Banco decompõem-se conforme segue:

	31-Dez-11					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			494.438.533			494.438.533
Disponibilidades em OIC's no país			23.232.106			23.232.106
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			27.708.842			27.708.842
Aplicações em IC			1.894.153.908			1.894.153.908
Crédito a clientes			3.325.051.218			3.325.051.218
Activos Financeiros Detidos para Negociação	395.197.170					395.197.170
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		511.293.368				511.293.368
Activos Financeiros disponiveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			501.338.935		4.015.797	505.354.732
Total	**395.197.170**	**511.293.368**	**6.265.923.542**	**1.143.510**	**4.015.797**	**7.177.573.387**

	31-Dez-11		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituições Financeiras	3.629.150.096		3.629.150.096
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.010.945.616		2.010.945.616
Outros passivos subordinados	999.706.779		999.706.779
Outros Passivos	112.375.532		112.375.532
Total	**6.752.178.023**	**0**	**6.752.178.023**

	31-Dez-10					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			428.606.587			428.606.587
Disponibilidades em OIC's no país						0
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			159.446.635			159.446.635
Aplicações em IC			643.587.611			643.587.611
Crédito a clientes			2.492.503.096			2.492.503.096
Activos Financeiros Detidos para Negociação	307.464.756					307.464.756
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		272.241.405				272.241.405
Activos Financeiros disponiveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			556.981.819		2.880.750	559.862.569
Total	**307.464.756**	**272.241.405**	**4.281.125.747**	**1.143.510**	**2.880.750**	**4.864.856.168**

	31-Dez-10		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituções Financeiras	2.178.056.703		2.178.056.703
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.354.595.139		1.354.595.139
Outros passivos subordinados	999.271.440		999.271.440
Outros Passivos	102.946.476		102.946.476
Total	**4.634.869.759**	**0**	**4.634.869.759**

NOTA 15 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	31-Dez-11	31-Dez-10
Caixa	140.219.800	112.851.046
Depósitos à ordem no Banco Central	354.218.732	315.755.540
Total	**494.438.533**	**428.606.587**

O saldo da rubrica Depósitos no Banco Central é constituído por depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde. Estes depósitos não são remunerados.

NOTA 16 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31-Dez-11	31-Dez-10
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	**23.232.106**	**0**
Depósito à ordem em OIC	0	0
Cheques a cobrar	23.232.106	0
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	**27.708.842**	**159.446.635**
Depósitos à ordem, em outras instituições de credito	7.455.347	8.031.944
Cheques a cobrar, em outras instituições de credito	11.862.365	7.958.986
Depósitos à ordem, em sede e sucursais da própria instituição	8.391.129	143.455.705
Total Disponibilidades	**50.940.948**	**159.446.635**

As disponibilidades sobre outras IC no estrangeiro, representa basicamente os depósitos junto dos nossos correspondentes, a fim de satisfazer as operações relacionadas com transferências, trade finance, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 17 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana	123.282.301	1.794.002	93.377.009	1.650.806
De outros residentes	263.784.394	6.336.473	207.481.935	4.955.006
Total	**387.066.695**	**8.130.475**	**300.858.944**	**6.605.812**

A carteira de activos financeiros detidos para negociação a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é decomposta conforme se segue:

							31-Dez-11
	Qt.	**Valor Nominal**	**Valor de Aquisição**	**Juros corridos**	**Justo Valor**	**Valias Potenciais**	**%**
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	12.162	121.620.000	121.620.000	1.794.002	123.282.301	1.662.301	31%
Sub-Total	**12.162**	**121.620.000**	**121.620.000**	**1.794.002**	**123.282.301**	**1.662.301**	**31%**
Títulos Corporativos							
IFH	49.959	49.959.000	49.959.000	1.495.995	50.842.156	883.156	13%
Tecnicil Indústria	15.872	15.872.000	15.872.000	224.853	15.175.555	-696.445	**4%**
Tecnicil Imobiliária	211.000	211.000.000	211.000.000	4.615.625	197.766.684	-13.233.316	53%
Sub-Total	**276.831**	**276.831.000**	**276.831.000**	**6.336.473**	**263.784.394**	**-13.046.606**	**69%**
Total	**288.993**	**398.451.000**	**398.451.000**	**8.130.475**	**387.066.695**	**-11.384.305**	**100%**

31-Dez-10

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Valias Potenciais	%
Títulos Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	9.162	91.620.000	91.620.000	1.650.806	93.377.009	1.757.009	30%
Sub-Total	**9.162**	**91.620.000**	**91.620.000**	**1.650.806**	**93.377.009**	**1.757.009**	**30%**
Títulos Corporativos							
IFH	49.959	49.959.000	49.959.000	1.355.138	51.423.833	1.464.833	16%
Tecnicil Indústria	8.854	8.854.000	8.854.000	121.743	8.369.543	-484.457	3%
Tecnicil Imobiliária	159.000	159.000.000	159.000.000	3.478.125	147.688.559	-11.311.441	51%
Sub-Total	**217.813**	**217.813.000**	**217.813.000**	**4.955.006**	**207.481.935**	**-10.331.065**	**70%**
Total	**226.975**	**309.433.000**	**309.433.000**	**6.605.812**	**300.858.944**	**-8.574.056**	**100%**

Tendo em consideração que estes activos financeiros são transaccionados num mercado pouco líquido, o justo valor destes activos é determinado através de técnicas de valorização definidas internamente, baseadas em modelos de desconto de fluxos de caixa (nível 3 de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

NOTA 18 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De outros residentes	497.137.881	14.155.487	264.103.191	8.138.214
Total	**497.137.881**	**14.155.487**	**264.103.191**	**8.138.214**

A carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é constituída da seguinte forma:

31-Dez-11

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Valias Potenciais	%
Títulos Corporativos							
CVFF	152.836	152.836.000	152.836.000	5.731.350	149.109.876	-3.726.124	30%
SOGEI	356.284	356.284.000	356.284.000	8.424.137	348.028.005	-8.255.995	70%
Total	**509.120**	**509.120.000**	**509.120.000**	**14.155.487**	**497.137.881**	**-11.982.119**	**100%**

31-Dez-10

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Valias Potenciais	%
Títulos Corporativos							
CVFF	134.606	134.606.000	134.606.000	5.014.074	131.738.584	-2.867.416	50%
SOGEI	132.130	132.130.000	132.130.000	3.124.140	132.364.607	234.607	50%
Total	**266.736**	**266.736.000**	**266.736.000**	**8.138.214**	**264.103.191**	**-2.632.809**	**100%**

Tendo em consideração que estes activos financeiros são transaccionados num mercado pouco líquido, o justo valor destes activos é determinado através de técnicas de valorização definidas internamente, baseadas em modelos de desconto de fluxos de caixa (nível 3 de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

NOTA 19 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda apresenta a seguinte decomposição:

Participada	Sede	Actividade Económica	Moeda	Capital	% Participação	Valor da Participação em ECV
SWIFT	Belgium	Serviços Financeiros	EUR		0,00%	295.510
NOVAGEST, SA	Cabo Verde	Serviços Financeiros	CVE	8.000.000	10,00%	800.000
ENACOL, SA	Cabo Verde	Comercialização de combustíveis e lubrificantes	CVE	500.000.000	0,00%	48.000
Total						**1.143.510**

NOTA 20 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica aplicações em instituições de crédito encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
No Banco Central	0	120.000.000
Em Outras IC's	1.879.372.000	522.350.000
Juros a receber	**14.781.908**	**1.363.119**
Juros com rendimento diferido	**0**	**-125.508**
Total	**1.894.153.908**	**643.587.611**

Em 31 de Dezembro de 2011, as aplicações em OIC's correspondem a cedências de liquidez que encontram a ser remuneradas a uma taxa de juro média anual de 6,85%.

NOTA 21 – CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Empresas Vincendo:	**2.984.392.301**	**2.152.583.072**
Descoberto em depósitos à ordem	65.579.983	53.435.294
Crédito Automóvel	30.760.783	15.428.877
Conta Corrente Caucionada	1.034.681.063	1.159.833.199
Crédito à Construcão	163.104.751	24.192.374
Crédito Modernização e Expansão	35.371.691	45.000.000
Crédito Hipotecário	19.752.248	0
Crédito Turismo e a Restauracão		666.187
Crédito Médio e Longo Prazo	1.630.453.872	854.027.141
Credito Habitação	4.687.911	0
Particulares Vincendo:	**254.438.503**	**150.263.384**
Descoberto em depósitos à ordem	7.591.361	4.330.948
Crédito Automóvel	24.261.265	9.425.581
Crédito Habitação	130.400.527	110.413.668
Conta Corrente Caucionada		4.300.000
Crédito Construção	8.340.714	3.469.508
Crédito Medio e Longo Prazo	29.638.677	7.453.303
Crédito Pessoal	54.205.958	10.870.376
Empregados Vincendo:	**93.217.070**	**77.113.892**
Descoberto em depósitos à ordem	27.071	
Crédito Automóvel	8.636.955	9.197.509
Crédito Habitação	67.405.349	59.425.012
Crédito Pessoal	17.147.695	8.491.371
Empresas Vencido:	**69.339.975**	**154.950.008**
Conta Corrente Caucionada	12.199.787	151.993.538
Crédito à Construcão	3.676.800	0
Crédito Turismo e a Restauracão	420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	53.042.725	2.535.807
Particulares Vencido	**5.091.341**	**0**
Crédito Automóvel	121.246	0
Conta Corrente Caucionada	4.300.000	0
Crédito Pessoal	670.095	0
Sub-Total	**3.406.479.191**	**2.534.910.356**
Juros e comissões a receber	**4.938.051**	**9.592.740**
Imparidade de crédito a clientes	**-86.366.024**	**-52.000.000**
Valor Liquido de Crédito a Clientes	**3.325.051.218**	**2.492.503.096**

A taxa média dos créditos vivos em 31 de Dezembro de 2011 é de 9,68% (9,26% em 2010).

O saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de 86.366.024 (oitenta e seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil e vinte e quatro escudos), o que representa 2,5% do total da carteira de crédito.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Saldo inicial	**52.000.000**	**23.536.551**
Dotações	34.366.024	28.463.449
Utilizações		
Reversões		
Saldo final	**86.366.024**	**52.000.000**

NOTA 22 – ACTIVOS TANGÍVEIS

	31-Dez-11	31-Dez-10
Imóveis	**251.562.051**	**265.540.898**
Obras em imóveis arrendados	251.562.051	265.540.898
Equipamento:	**365.725.463**	**338.328.996**
Mobiliário e material	135.021.260	129.868.306
Maquinas e ferramentas	24.006.762	15.657.765
Equipamento informático	90.513.197	77.673.625
Instalações interiores	456.307	456.307
Veículos	54.962.655	54.023.655
Equipamento de segurança	52.879.537	52.879.537
Outro equipamento	5.993.698	5.993.698
Outros activos tangíveis	1.892.047	1.776.103
Activos tangíveis em curso	**4.879.858**	**12.111.448**
Sub-total	**622.167.372**	**615.981.342**
Depreciações Acumuladas	**182.972.599**	**105.333.617**
Total	**439.194.773**	**510.647.725**

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Equipamento	Activos tangíveis	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2009	**259.301.095**	**185.112.028**	**444.413.123**
Adições	79.411.374	92.540.318	171.951.692
Abates e/ou Alienações	-383.473		-383.473
Transferências	265.540.898	-265.540.898	0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2010	**603.869.894**	**12.111.448**	**615.981.342**
Adições	26.262.676	115.944	26.378.620
Abates e/ou Alienações	-12.961.000		-12.961.000
Transferências			0
Outros movimentos		-7.231.590	-7.231.590
Saldo a 31/12/2011	**617.171.570**	**4.995.802**	**622.167.372**
			0
Depreciações			0
Saldo a 31/12/2009	**36.842.449**		**36.842.449**
Adições	68.584.408		68.584.408
Abates e/ou Alienações	-93.240		-93.240
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2010	**105.333.617**	**0**	**105.333.617**
Adições	82.950.839		82.950.839
Abates e/ou Alienações	-5.311.857		-5.311.857
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2011	**182.972.599**	**0**	**182.972.599**
			0
Saldo líquido a 31-Dez-2011	**434.198.971**	**4.995.802**	**439.194.773**
Saldo líquido a 31-Dez-2010	**498.536.277**	**12.111.448**	**510.647.725**

No que diz respeito às adições de imobilizado verificado no exercício de 2011, há a destacar a aquisição de viaturas para os membros da nova Comissão Executiva do Banco, no valor de 13.900.000 (treze milhões e novecentos mil escudos).

NOTA 23 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

	31-Dez-11	31-Dez-10
Sistema tratamento automático de dados	21.072.826	19.881.089
Outros activos intangíveis	4.696.000	4.696.000
Sub-Total	25.768.826	24.577.089
Depreciações Acumuladas	24.706.191	18.512.488
Total	**1.062.635**	**6.064.601**

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Sistema tratamento automático de dados	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2009	**19.881.089**	**4.696.000**	**24.577.089**
Adições			-
Abates e/ou Alienações			-
Transferências			-
Outros movimentos			-
Saldo a 31/12/2010	**19.881.089**	**4.696.000**	**24.577.089**
Adições	1.191.737	-	1.191.737
Abates e/ou Alienações			-
Transferências			-
Outros movimentos			-
Saldo a 31/12/2011	**21.072.826**	**4.696.000**	**25.768.826**
Depreciações			-
Saldo a 31/12/2009	**8.424.625**	**1.895.788**	**10.320.413**
Adições	6.626.745	1.565.330	8.192.075
Abates e/ou Alienações			-
Transferências			-
Outros movimentos			-
Saldo a 31/12/2010	**15.051.370**	**3.461.118**	**18.512.488**
Adições	4.958.821	1.234.882	6.193.703
Abates e/ou Alienações			-
Transferências			-
Outros movimentos			-
Saldo a 31/12/2011	**20.010.191**	**4.696.000**	**24.706.191**
Saldo líquido a 31-Dez-2011	**1.062.635**	-	**1.062.635**
Saldo líquido a 31-Dez-2010	**4.829.719**	**1.234.882**	**6.064.601**

NOTA 24 – ACTIVOS POR IMPOSTOS

	31-Dez-11	31-Dez-10
Activos por impostos correntes:	**5.255.257**	**3.068.671**
Impostos sobre o rendimento a recuperar	5.255.257	3.068.671
Activos por impostos diferidos:	**44.621.218**	**83.546.407**
Por prejuízos fiscais (Ver Nota 13)	44.621.218	83.546.407
Total	**49.876.475**	**86.615.078**

NOTA 25 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Activos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Outros Activos		
Devedores residentes	221.714.281	300.999.046
Devedores não residentes	84.645.421	38.629.532
Devedores aplicações diversas	2.495.500	1.985.500
Outros activos	150.649.168	81.133.152
	459.504.370	**422.747.230**
Outros Rendimentos a Receber		
Por linhas de crédito irrevogáveis	77.534	154.390
Outros rendimentos a receber	0	4.569.048
	77.534	**4.723.438**
Despesas com encargo diferido		
Seguros	914.532	1.071.825
Outros	3.101.265	1.808.925
	4.015.797	**2.880.750**
Outras contas de regularização		
Operações activas a regularizar	0	247.301
Outras operações a regularizar	41.757.031	129.263.849
	41.757.031	**129.511.151**
Total de Outros Activos	**505.354.732**	**559.862.569**

Do saldo apresentado na rubrica devedores residentes, 219.510.482$00 refere-se ao montante em dívida pelas obras realizadas nas instalações onde o Banco se encontra provisoriamente sediada e laborando, que é mensalmente deduzido de despesas de arrendamento.

Do saldo apresentado nos devedores não residentes, 8.856.573$00 refere-se ao montante em dívida pela Casa-Mãe, onde 73.751.175$00 são despesas relacionadas com a construção do BAI Center, em que o Banco liquidou por conta de terceiros.

Do saldo apresentado em Outros activos, 114.491.218$00 corresponde à entregas de capital, no âmbito de um Contrato de Associação em Participação para construção e venda de um empreendimento imobiliário e, 36.157.950$00 corresponde a aquisição de um terreno.

O montante registado em outras operações a regularizar, diz respeito a contabilizações que serão saldadas nos anos seguintes, nomeadamente a regularização do *stock* do economato e contas de passagem de saldos.

A decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Credores e Outros Recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	19.229.562	0
Retenção imposto na fonte	9.975.880	7.568.125
Imposto sobre o valor acrescentado	901.591	1.481.853
Contribuição para a Providência Social	1.621.685	1.533.638
Cobrança por conta de terceiros	30.130	0
Fornecedores diversos	25.892.063	25.817.879
Outros credores	42.731.676	42.731.676
	100.382.587	**79.133.171**
Encargos a Pagar		
Por serviços bancários prestados por terceiros	822.806	0
Por gastos com o pessoal	5.640.359	5.222.181
Por gastos gerais administrativos	5.135.999	5.232.404
	11.599.164	**10.454.585**
Outras Contas de Regularização		
Outras operações a regularizar	393.781	13.358.721
	393.781	**13.358.721**
Total de Outros Passivos	**112.375.532**	**102.946.476**

O saldo apresentado na rubrica de Operações de venda com acordo de recompra, corresponde a Obrigações do Tesouro vendidos com acordo de recompra.

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente sobre rendimentos prediais e sobre rendimentos de capitais.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 23% (15% por conta da entidade patronal e 8% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em Dezembro de 2011, a qual deverá ser entregue em Janeiro de 2012.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas facturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer nos primeiros meses de 2012.

O saldo apresentado na conta Outros credores, refere aos pagamentos efectuados pela Casa-Mãe por conta do BAICV.

Os custos a pagar ao pessoal, são relativos às responsabilidades do Banco com a remuneração do mês de férias e o respectivo subsídio a que os empregados ganharam direito em 2011, e que serão pagos em 2012.

NOTA 26 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Recursos de Instituições de Crédito no país	**10.000**	**0**
Depósitos à ordem	10.000	0
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro	**3.611.761.400**	**2.167.632.560**
Depósitos à ordem	348.541.400	582.997.097
Depósitos à prazo	1.333.582.500	1.584.635.463
Empréstimos	1.929.637.500	0
Juros a pagar	**17.378.696**	**10.424.144**
Total Recursos de Outras IC's	**3.629.150.096**	**2.178.056.703**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2011 ascende a 3,69% (3,98% em Dezembro de 2010). Os depósitos a ordem não são remunerados. Os empréstimos são constituídos em moeda estrangeira, e taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2011 ascende a 2,94%.

NOTA 27 – RECURSOS DE CLIENTES

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Recursos do Sector Público Administrativo	**46.656**	**1.254.918**
Depósitos à ordem	46.656	1.254.918
Recursos de Residentes	**1.809.223.699**	**1.139.882.598**
Depósitos à ordem	955.731.130	742.371.042
Depósitos a prazo	787.466.141	397.511.556
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	66.026.428	0
Recursos de Emigrantes	**66.085.654**	**72.099.537**
Depósitos à ordem	32.662.361	34.718.913
Depósitos a prazo	33.423.293	37.380.624
Recursos de Não Residentes	**118.599.134**	**131.724.515**
Depósitos à ordem	53.833.840	78.278.781
Depósitos a prazo	64.765.294	53.445.734
Juros a pagar	**16.990.473**	**9.633.571**
Total de Recursos de Clientes	**2.010.945.616**	**1.354.595.139**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e as taxas de juro remuneratória das operações vivas a 31de Dezembro de 2011 ascende a 4,14% (4,00% em 31 de Dezembro de 2010).

NOTA 28 – PROVISÕES

O saldo apresentado na rubrica de provisões, de 1.041.279$00, não sofreu qualquer alteração face a 31 de Dezembro de 2010 e diz respeito a uma provisão constituída para fazer face a garantias e compromissos assumidos.

NOTA 29 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

							31-Dez-11
	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	1.000.000.000	2.294.431	-2.587.652	999.706.779	5,90%	2.016
Total		**1.000.000.000**	**2.294.431**	**-2.587.652**	**999.706.779**		

							31-Dez-10
	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	1.000.000.000	2.294.444	-3.023.004	999.271.440	5,90%	2.016
Total		**1.000.000.000**	**2.294.444**	**-3.023.004**	**999.271.440**		

Os passivos subordinados correspondem ao empréstimo obrigacionista emitido pelo BAICV durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

NOTA 30 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, existiam os seguintes saldos relativos a contas extra-patrimoniais:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales à residentes	138.742.533	182.038.776
Créditos documentários abertos à residentes	47.799.878	0
	186.542.411	**182.038.776**
Compromissos perante terceiros		
Linha de crédito irrevogáveis à residentes	287.652.232	253.342.383
	287.652.232	**253.342.383**
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	2.649.026.166	2.983.171.673
	2.649.026.166	**2.983.171.673**
Garantias Reais		
Activos recebidos em garantias	843.875.860	1.305.505.641
	843.875.860	**1.305.505.641**
Outras contas extrapatrimoniais		
Juros vencidos	3.177.617	0
	3.177.617	**0**
Total	**3.970.274.286**	**4.724.058.473**

NOTA 31 – EFECTIVOS DE TRABALHADORES

O efectivo de trabalhadores durante os exercícios de 2011 e 2010, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Conselho de Administração	5	5
Direcção	9	8
Secretariado/Enquadramento	1	1
Técnicos	50	53
Outras funções	4	4
Total	**69**	**71**

NOTA 32 – CAPITAL

A estrutura accionista do Banco no final de 2011 e 2010 era a seguinte:

	%	Nº Acções	31-12-2011	31-12-2010
Banco Africano de Investimentos, S.A.	71,00	1.420.000	1.420.000.000	1.080.620.000
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	19,00	380.000	380.000.000	289.180.000
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	9,90	198.000	198.000.000	150.678.000
Outros	0,10	2.000	2.000.000	1.522.000
Total	**100,00**	**2.000.000**	**2.000.000.000**	**1.522.000.000**

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

O capital é constituído por 2.000.000 de acções de valor nominal de 1.000$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, sendo que encontra-se a decorrer o registo notarial, do aumento de capital efectuado em 2011.

Encontra-se por realizar:

	%	Nº Acções	31-12-2011	31-12-2010
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	2,37	47.322	47.322.000	0
Outros	0,02	478	478.000	0
Total	**2,39**	**47.800**	**47.800.000**	**0**

NOTA 33 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
de activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital	-7.116	-7.116
Total	**-7.116**	**-7.116**

O saldo apresentado na rubrica Reservas de reavaliação, no valor de 7.116 (sete mil cento e dezasseis escudos) corresponde às menos valias potenciais da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, não apresentando qualquer alteração face a 31 de Dezembro de 2010.

NOTA 34 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Outras reservas e resultados transitados	-689.720.350	-488.283.730
Total	**-689.720.350**	**-488.283.730**

A 31 de Dezembro de 2011, o saldo apresentado na rubrica Outras reservas e resultados transitados, no valor de -689.720.350 escudos cabo-verdianos diz respeito, aos resultados negativos transitados dos exercícios anteriores (31 de Dezembro de 2010: -488.283.730 escudos cabo-verdianos).

NOTA 35 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, das transacções verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
Activo	**Grupo BAI**	**Outras entidades relacionadas**	**Grupo BAI**	**Outras entidades relacionadas**
Disponibilidades em OIC's	8.391.129	0	143.455.705	
Crédito	0	229.539.475	0	179.439.024
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	348.028.005	0	132.364.607
Juros a receber	0	15.123.669	0	4.120.660
Outros activos	8.856.573	293.261.657	4.067.327	313.100.359
Passivos				
Recursos de Outras Instituições de Credito	2.701.090.986	910.666.385	760.397.499	876.482.271
Recursos de Clientes	0	122.900.118	0	127.709.826
Outros passivos subordinados	436.510.000	259.510.000	436.510.000	259.510.000
Juros a pagar	18.656.239	2.339.353	9.981.181	4.379.204
Outros passivos	42.731.676	6.480.000	42.731.676	5.616.000
Proveitos				
Juros e Rendimentos Similares	153.703	43.204.173	255.447	31.015.323
Custos				
Gastos Gerais Administrativos	0	47.388.907	0	48.535.528
Juros e Encargos Similares	95.358.251	23.981.105	8.730.509	30.249.561

Apresenta-se em resumo a seguir os saldos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 referentes as transacções ocorridas com membros do Conselho de Administração e Direcção do Banco:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Activos		
Crédito a Clientes	**22.509.977**	**27.837.535**
Administração	0	0
Direcção	22.509.977	27.837.535
Juros a receber	**16.161**	**14.696**
Administração	0	0
Direcção	16.161	14.696
Passivos		
Recursos de Clientes	**9.795.388**	**18.357.594**
Administração	7.284.715	17.020.031
Direcção	2.510.673	1.337.562
Juros a pagar	**4.992**	**15.094**
Administração	3.842	14.635
Direcção	1.150	460
Rendimentos		
Juros e Rendimentos Similares	**692.961**	**879.516**
Administração	0	0
Direcção	692.961	879.516
Gastos		
Juros e Encargos Similares	**11.917**	**17.707**
Administração	6.151	4.950
Direcção	5.766	12.757

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

No início de 2012 o Conselho de Administração do Banco teve conhecimento que a Procuradoria da República da Comarca da Praia e o Banco Central de Cabo Verde estavam a realizar investigações, ainda em curso, que abrangem todo o sector financeiro, incluindo o Banco, relativas a suspeita de recebimento de fundos, em numerário, de pessoas sobre as quais recaem indícios da prática de factos susceptíveis de integrar crimes de tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e, bem assim, de lavagem de capitais, sem que tenha sido informada a Unidade de Informação Financeira sobre a recepção desses fundos.

Refira-se que a Procuradoria da República da Comarca da Praia entendeu enviar a análise do caso para o Banco de Cabo Verde, a fim de apurar a existência de responsabilidade contravencional, sendo que os factos acima indicados são susceptíveis de integrar uma contra-ordenação especialmente grave, punível com uma coima que poderá situar-se entre 500.000 ECV e 50.000.000 ECV.

Até à presente data e neste âmbito, o Banco não foi notificado pelo Banco Central para qualquer diligência, pelo que não é possível determinar o desfecho do caso. No entanto e perante as circunstâncias em que ocorreu o caso, a ser integrado como uma contravenção, é firme convicção da Administração que não é provável que esta venha a ser qualificada de grave ou especialmente grave, pelo que daí não irão resultar impactos materialmente relevantes no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 37 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas directamente na sua sede na Rua Major Kanhangulo n.º 34, Luanda, Angola.

15. Parecer do Auditor Externo

pwc

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, SA (Banco), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 7.667.707.269 ECV e um total de capital próprio de 914.265.542 ECV, incluindo um resultado líquido negativo de 348.206.992 ECV), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

6 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, SA em 31 de dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Ênfase

7 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 6 acima, salientamos que o relatório de auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que emitimos com data de 7 de julho de 2011, apresentava uma reserva por limitação de âmbito pelo facto de não terem sido obtidas as devidas justificações para as diferenças identificadas, face aos registos contabilísticos do Banco, no processo de reconciliação de saldos mantidos com entidades relacionadas e outras entidades com referência a 31 de dezembro de 2010. No exercício de 2011 essas limitações foram satisfatoriamente ultrapassadas sem que tivessem resultado ajustamentos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 13 de abril de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Representada por

Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

16. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

1. Em conformidade com a legislação em vigor, designadamente o Decreto-Legislativo nº3/99 de 29 de Março que aprova o Código das Empresas Comerciais e as disposições estatutárias do BAICV – Banco Africano de Investimentos de Cabo Verde, o Conselho Fiscal submete à Assembleia Geral de Acionistas, o seu Parecer sobre o Relatório e Contas do BAICV à 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração.

2. Ao longo deste exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Banco, quer através da análise das demonstrações financeiras e do *Tableau Bord* mensais, bem como pelo cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis.

3. Das reuniões realizadas e das trocas de correspondências com o Conselho de Administração e das diversas estruturas do Banco, temos obtido as informações e os esclarecimentos solicitados.

4. Interagimos com a Auditoria Externa, no sentido de partilhar informações e inteirar dos trabalhos de ambas as partes. Igualmente, tomamos conhecimento da opinião expressa no Relatório dos Auditores, o qual analisamos e concordamos com o seu conteúdo.

5. No âmbito das nossas funções, o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e os respetivos anexos e procedemos a análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração, no qual permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e que as mesmas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, normas estabelecidas para o sector e os princípios contabilísticos geralmente aceites, permitindo compreender a situação da Empresa e as perspetivas da sua evolução.



6. No final do exercício, o Banco apresentou na Demonstração de Resultados, um Resultado Líquido negativo de 348.206.992$00 e no Balanço apresentou um total do ativo líquido de 7.667.707.269$00, um total do passivo líquido de 6.753.441.727$00 e os Capitais Próprios de 914.265.542$00, que inclui os Resultados Líquidos negativos transitados dos anos anteriores e do exercício.

7. Face ao exposto, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e das demais Estruturas do Banco, bem como das conclusões constantes do relatório de auditoria externa, o Conselho Fiscal recomenda aos acionistas uma revisão da sua estratégia, no sentido de melhorar a condição do Banco e sua viabilidade, tendo em conta os prejuízos acumulados de 1.037.927.342$00 nos últimos quatro anos.

Praia, 13 de Abril de 2012

O Conselho Fiscal

António Oliveira

Luís Neves

Margarida Carvalho

Amadeu Oliveira

Elsa Fernandes